



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO SEM REVISÃO

COMISSÃO DO ESPORTE			
EVENTO: Mesa Redonda	REUNIÃO Nº: 1745/17	DATA: 21/11/2017	
LOCAL: Plenário 12 das Comissões	INÍCIO: 14h28min	TÉRMINO: 17h37min	PÁGINAS: 68

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

PAULO WANDERLEY - Presidente do Comitê Olímpico do Brasil — COB.
ROGÉRIO SAMPAIO - Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte.
HUGO PELLICER PARISI - Atleta Olímpico de Saltos Ornamentais.
MARCO LA PORTA - Presidente da Confederação Brasileira de Triathlon.
LUIZ EDUARDO CARNEIRO DA SILVA DE SOUZA LIMA - Atleta Olímpico de Natação.
PAULO ROBERTO DE FREITAS (BEBETO DE FREITAS) - Treinador de Voleibol.
CARLOS HENRIQUE MARTINS TEIXEIRA - Vice-Presidente do Minas Tênis Clube.
CARLOS ANTONIO DA ROCHA AZEVEDO - Diretor de Esportes do Minas Tênis Clube.
SAMI ARAP SOBRINHO - Presidente do Conselho Consultivo da Confederação Brasileira de Rugby.
STEFANO ADOLFO PRADO ARNHOLD - Presidente da Confederação Brasileira de Desportos na Neve.
PAULO MARTINO ZUCCARO - Diretor do Departamento de Desporto Militar e Vice-Almirante do Ministério da Defesa.
ROBSON AGUIAR - Presidente em exercício da Confederação Brasileira do Desporto — CBDE.
RAIMUNDO DA COSTA SANTOS NETO - Diretor do Departamento de Esporte de Base e de Alto Rendimento da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte.
GUSTAVO RIBEIRO TORRES - Diretor de Natação Master do Grêmio Náutico União.
PAULO WANDERLEY - Presidente do Comitê Olímpico do Brasil — COB.
ANA PAULA TERRA - Gerente Jurídica do Comitê Olímpico do Brasil.
FABIANA BENTES - Presidente da Sou do Esporte.
LAILSON MELLO DE SOUZA - Representante da Confederação Brasileira de Ginástica.
ROSBERT MARTINS - Chefe da Delegação de Mato Grosso.
LUIZ EDUARDO CARNEIRO DA SILVA DE SOUZA LIMA - Atleta Olímpico de Natação.
CASSIO LEANDRO - Ação pelo Brasil.

SUMÁRIO

Debate acerca da atual situação do Comitê Olímpico do Brasil e o futuro da entidade.

OBSERVAÇÕES

NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO, APENAS PARA CONSULTA



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Boa tarde a todos.

Peço-lhes que, se possível, tomem seus lugares. Sei que hoje vai ficar um pouquinho apertada a sala.

Esta mesa-redonda está sendo realizada em razão da aprovação do Requerimento nº 199, de 2017, de minha iniciativa e do Deputado Hélio Leite.

O objetivo deste evento é debater a atual situação do Comitê Olímpico do Brasil e o futuro da entidade.

Agradeço a presença de todos. Depois vou citar todo mundo. Se alguém não for citado, pode passar o nome para a Alessandra, que nos comunicará.

Para dar início ao debate, lembro que esta é uma mesa-redonda em que todos terão oportunidade de falar e registrar suas opiniões. Tendo em vista a falta de espaço para todos à mesa, os convidados se sentarão nas primeiras fileiras. Vamos compor a mesa de forma representativa, para que todos se sintam fazendo parte dela.

Convido para tomar o lugar à mesa o Sr. Presidente do Comitê Olímpico, Paulo Wanderley (*palmas*); o Sr. Rogério Sampaio, Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte (*palmas*); o Sr. Hugo Parisi, atleta olímpico de saltos ornamentais (*palmas*); e o Sr. Marco La Porta, Presidente da Confederação Brasileira de Triathlon — CBTri, representando as confederações (*palmas*).

Aproveito para registrar as confirmações que nós tínhamos até hoje, antes de iniciarmos a reunião: Sra. Adriana Behar, Gerente-Geral de Planejamento Esportivo do Comitê Olímpico do Brasil; Sra. Ana Paula Terra, Gerente Jurídica do Comitê Olímpico do Brasil; Sr. Raimundo da Costa Santos Neto, Diretor do Departamento de Esporte de Base e de Alto Rendimento da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte; Sr. Alípio Dias dos Santos Neto, titular da 2ª Diretoria da Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto do Tribunal de Contas da União; Sr. Paulo Martino Zuccaro, Diretor do Departamento de Desporto Militar e Vice-Almirante do Ministério da Defesa; Sr. Durval Luz Balen, Presidente da Confederação Brasileira de Tiro Esportivo — CBTE; Sr. Enrique Montero Dias, Presidente da Confederação Brasileira de Levantamento de Pesos — CBLP; Sr. Francisco Ferraz de Carvalho, Presidente da Confederação



Brasileira de Badminton — CBBd; Sr. Guilherme Ângelo Raso, representante da Confederação Brasileira de Handebol — CBHb; Sr. João Tomasini Schwertner, Presidente da Confederação Brasileira de Canoagem — CBCa; Sr. Joran Freire, representante da Confederação Brasileira de Tênis de Mesa; Sr. José Luiz Vasconcellos, Presidente da Confederação Brasileira de Ciclismo — CBC; Sr. Lailson Melo de Souza, representante da Confederação Brasileira de Ginástica — CBG; Sr. Luiz Carlos Cardoso do Nascimento, Presidente da Confederação Brasileira de Karate; Sra. Renata Bradford, a Kika, Presidente da Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada — CBME; Sr. Vicente Blumenschein
Vicente Blumenschein.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR PRESIDENTE (Deputado João Derly) - *(Riso.)* Acertei?

O SR. VICENTE BLUMENSCHHEIN - Acertou.

O SR PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Vicente Fernando Blumenschein, Presidente da Confederação Brasileira de Tiro com Arco — COB. Agora, eu entendi por que todo o mundo só o chama de Tomasini. *(Riso.)*; Sami Arap Sobrinho, Presidente do Conselho Consultivo da Confederação Brasileira de Rugby — CBRU; Setefano Adolfo Prado, Presidente da Confederação Brasileira de Desporto na Neve — CBDN; Carlos Renato Sorbile e Marcos Candido de Brito, representantes da Confederação Brasileira de Boxe — CBB; Pedro Gama Filho, Presidente da Confederação Brasileira de Wrestling — CBW; Luiz Lima, atleta olímpico de natação; Cássio Leandro, atleta olímpico, representando a Organização Atletas pelo Brasil; Pipoka, atleta olímpico, representando a Organização Atletas pelo Brasil; Rui Campos, atleta olímpico, representando a Organização Atletas pelo Brasil; treinadores das modalidades coletivas e medalhistas. Beбето de Freitas, o treinador de voleibol, está aqui? *(Pausa.)* Está. Eu não o tinha visto aqui na frente. Especialistas, jornalistas, estudiosos do meio acadêmico e outros profissionais ligados às modalidades olímpicas aqui presentes sintam-se cumprimentados.

Carlos Henrique Martins Teixeira, Vice-Presidente do Minas Tênis Clube; Carlos Antônio da Rocha Azevedo, Diretor de Esportes do Minas Tênis Clube; Gustavo Ribeiro Torres, Diretor de Natação Master do Grêmio Náutico União; Fabiana Bentes, Presidente da Sou do Esporte; Robson Aguiar, Presidente em



exercício da Confederação Brasileira do Desporto Escolar — CBDE; representantes das delegações dos jogos escolares e Edgar Rubler, Gerente-Geral dos jogos escolares. Peço uma salva de palmas a todos. (*Palmas.*)

Antes de passar às exposições, se alguém não foi citado, peço que depois passe aqui e fale com o Lindberg ou com a Alessandra, para que façam o registro de presença.

Desejo informar as regras de condução dos trabalhos desta mesa-redonda.

Inicialmente, passarei a palavra ao Presidente do Comitê Olímpico do Brasil, o Sr. Paulo Wanderley, pelo período de 10 minutos. Em seguida, cada debatedor disporá de 5 minutos para as suas falas iniciais e deverá limitar-se ao tema em debate, não podendo ser aparteado. Vamos dar oportunidade a todos. Gostaria de pedir a todos que respeitem o tempo de 5 minutos. Eu não vou cortar a palavra de ninguém, mas espero que todos respeitem os 5 minutos, para que tenham a oportunidade de falar.

Os interessados podem se inscrever previamente. O Lindberg está com a lista em mãos. Quem quiser se inscrever já pode solicitar a sua inscrição.

Comunico também que esta mesa-redonda está sendo transmitida pelo Portal e-democracia, com o *link* disponível na página da Comissão do Esporte, no Portal da Câmara, possibilitando, assim, a participação popular por meio de perguntas dirigidas a esta Comissão.

Inicialmente, passo a palavra ao Sr. Paulo Wanderley, que não precisará se deter muito ao tempo de 10 minutos.

O SR. PAULO WANDERLEY - Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde a Mesa que compõe esta solenidade. O meu agradecimento especial ao Deputado João Derly e aos membros da Comissão do Esporte da Câmara. Sinto-me honrado com esta convocação. Terei sempre o prazer de, toda vez que for convidado para qualquer tipo de ação semelhante a esta, estar presente.

Eu inicio minhas palavras dizendo o seguinte: o Comitê Olímpico do Brasil mudou, mudou de fato. Eu fui empossado Presidente do COB no dia 11 de outubro, e, tão logo empossado, a primeira ação foi no sentido de mudanças, mudanças rápidas e eficazes com referência ao estatuto. Eu estou falando no nosso estatuto, que, por sinal, amanhã estará sendo votado em Assembleia Geral extraordinária,



com mudanças marcantes e substanciais na administração do Comitê Olímpico do Brasil, com a participação da sociedade, com a discussão e a participação das Confederações Olímpicas filiadas ao COB, com a participação de atletas, representados por atletas do Brasil — eu sou do setor de esportes —, por atletas da comissão de esporte do COB, e de outras organizações e instituições.

Num primeiro momento, os membros da assembleia sugeriram 90 dias para apresentar um projeto de estatuto. Eu disse: “*Não: 45 dias*”. E ele está pronto com 42 dias, será votado em 42 dias. Essa é a primeira demonstração prática de que está mudando. Essas mudanças, veremos com mais prontidão logo após a aprovação pela Assembleia Geral.

Quanto às mudanças mais substanciais, podemos citar, por exemplo, a participação de atletas no colegiado eletivo do COB, não só no colegiado, mas também nas outras comissões que foram criadas: comissão de ética, Conselho de Administração, que não existia antes, nunca se pensou nisso.

Então eu quero dizer isto para vocês: pensem e vejam com outros olhos o Comitê Olímpico do Brasil, uma instituição de mais de 100 anos cuja especialidade é o esporte brasileiro, o esporte olímpico brasileiro, formada por pessoas com expertise no que fazem, formada por pessoas que têm motivação, aspiração e vontade de fazer o melhor pelo esporte brasileiro, profissionais altamente capacitados que gerenciam o esporte com responsabilidade.

Se estava faltando alguma coisa, podem ter certeza: não vai faltar mais. A minha intenção e direção dentro do Comitê Olímpico é baseada em austeridade, e já demonstramos isso. Já vamos mudar a sede do COB de onde está atualmente, na Avenida das Américas, para o local onde ela tem que estar: junto aos atletas, no nosso Parque Aquático Maria Lenk, nosso equipamento esportivo do Complexo Esportivo das Olimpíadas. Esse foi o primeiro ato, isso já está definido.

A previsão disso é em torno de 9 meses, não depende de decreto. Vocês sabem que são muitas coisas que têm que ser analisadas — a questão de adaptação do nosso espaço, enfim —, mas a previsão é de 9 meses, estaremos fora. A austeridade começou por aí.

E há muitas outras coisas que foram feitas que não vêm a público, não tem necessidade disso, continuarão sendo feitas. O Comitê Olímpico vai deixar de ser



verticalizado, vai achatar mais, vai encurtar mais em postos e salários. Foi definido o corte geral de pessoas e de postos: ele é de 15% a 25%. Também está em andamento.

Vamos trabalhar com mérito, resultado. Isso já foi demonstrado no novo formato de distribuição do recurso da Lei Agnelo/Piva, em que são determinados dez critérios não só técnicos, mais critérios também de prestação de contas e de governança das Confederações.

Quanto à transparência, tudo o que for feito daqui para frente vai ser demonstrado e apresentado. Exemplo: todas as nossas ações foram abertas à imprensa; todos os atos, até agora, de representatividade do Comitê Olímpico foram mostrados à imprensa, se não presencialmente, coletivamente através de videoconferência

Então, estes são os pilares que nós estamos trabalhando dentro do Comitê Olímpico: austeridade, mérito e transparência.

No resto, senhores, é dar-nos tempo, é deixar-nos trabalhar. O resultado virá. Os senhores podem ter certeza disso. É compromisso nosso nessa administração. O que tem que ser feito será feito. Nem sempre o que se precisa fazer pode ser feito de imediato. É uma questão de efeito prático. Quando se fala em mudança, tem que se analisar de que forma vai ser feito. Quando se fala em redução de quadro, trata-se de desligamento, e isso tem um custo alto. Temos dinheiro? Estamos vendo.

Mas os senhores podem ter certeza de quem está falando aqui é uma pessoa que veio de administração esportiva. Faço esporte há 55 anos. Estou com 67 e fui atleta, dirigente esportivo, árbitro, técnico da seleção brasileira de judô, dirigente de confederação, dirigente de confederação sul-americana, pan-americana e vice-presidente de uma federação internacional. É preciso falar isso, pois as pessoas acham que nós pousamos aqui de repente, que caímos de paraquedas. Nada contra o pessoal de paraquedismo, mas é verdade. Eu vim de dentro, eu vim do tatame.

Por falar nisso, quando se fala em atletas participando da organização do COB, esquecem que nós temos lá inúmeros atletas olímpicos, medalhistas olímpicos. Tem uma aqui na frente: a Adriana Behar. Tem outro: Sebastian Pereira, que está cuidando dos Jogos Escolares da Juventude junto com o Edgar. Então, são vários. Eu não tenho o número exato, mas são muitos atletas.



E dizer que nós não somos atletas? Modestamente, eu não tenho os títulos nem a experiência de Luiz Lima, nem do nosso campeão olímpico Rogério Sampaio, mas vesti quimono, senti o friozinho na barriga, subi no tatame, perdi, ganhei, fui frustrado para casa. Tenho experiência em administração universitária também, pois fui presidente de federação universitária.

Então, vamos olhar com mais atenção, vamos apurar o que está acontecendo realmente. Olhar para dentro. Deixem o pessoal trabalhar. Nós vamos dar conta do recado, vamos fazer o que tem que ser feito. Os senhores podem ter certeza disso.

Eu quero fazer um agradecimento especial aqui. Já foram citados todos pelo Deputado, mas eu queria agradecer a presença do pessoal dos Jogos Escolares da Juventude, que está em curso. São 27 Estados participando, são 4.000 atletas, são 1.400 escolas participando. Quatrocentas cidades foram atingidas com esse movimento. Já é a décima terceira realização sob o comando técnico do Comitê Olímpico do Brasil. É um evento de expressão mundial, pelo nível de qualidade dos atletas, nível de organização. O nosso Presidente da CDBE está presente, o Robson, pode atestar isso. Ele esteve presente no evento. Então, são muitas coisas.

O Comitê Olímpico não só manda delegação para as Olimpíadas. Há outras atividades. Há o Instituto Olímpico Brasileiro — IOB, que promove a capacitação, a transferência de conhecimento para técnicos e treinadores. Há um curso de gestão esportiva. Mais de 280 técnicos de vários segmentos da sociedade se formaram lá dentro. São 2 anos, é um curso de MBA. Então, não é só mandar atleta para Tóquio em 2020. Muitas outras ações são feitas lá dentro, mas muitas mesmo.

Eu fui surpreendido. Quando eu assumi o Comitê Olímpico, como costume dizer, quando comecei a ler o manual — eu estou na página 65 do Manual de Funcionamento do COB —, vi que havia coisa lá dentro que eu não sabia que funcionava daquele jeito. Não se mostrava o que o Comitê Olímpico faz. Não se mostrava. Muita coisa se faz lá dentro em prol do esporte, em prol do técnico e, principalmente, em prol do atleta.

Esse foi mais um desabafo.

Deputado, estou às ordens para continuar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Terminou?

O SR. PAULO WANDERLEY - Obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Tinha mais um tempinho ainda, mais uns segundos.

Quero citar a presença dos Deputados Roberto Góes e Leo de Brito. Obrigado pela presença de V.Exas.

Quero citar também a presença do Sr. Alberto Maciel Junior, Presidente da Confederação Brasileira de Taekwondo — CBTKD.

Quero citar também o meu querido amigo Sebastian Pereira. Já tive o prazer de viajar com essas duas feras, tanto o Rogério quanto o Sebastian. Mas o Sebastian é um pouquinho mais perto da minha idade (*risos*). Desculpe-me Rogério, mas tive que entregar (*risos*).

A Mesa já está pegando as fichas de inscrição.

Passo a palavra ao Sr. Rogério Sampaio por 5 minutos.

O SR. ROGÉRIO SAMPAIO - Boa tarde a todos. Eu gostaria de inicialmente parabenizar a Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados por essa iniciativa. A Casa está lotada. A gente vê que o tema do Comitê Olímpico do Brasil levanta expectativas e, por isso, o local está cheio.

Eu gostaria de parabenizar e desejar boa sorte ao Prof. Paulo Wanderley nesse novo desafio que é comandar o Comitê Olímpico do Brasil. Gostaria de utilizar uma palavra sua, Prof. Paulo, para falar um pouco daquilo que eu sei que vai acontecer no COB.

Você falou a palavra “compromisso”, e eu tenho que lembrar da minha carreira de atleta. Eu fui atleta da seleção brasileira de judô de 1985 até 1998. Durante 13 anos, durante todo esse período, nós tivemos à frente da Confederação Brasileira de Judô o Prof. Joaquim Mamede. Ele fez, durante um longo período à frente de um esporte vitorioso, uma administração, até certo ponto, conturbada.

Por conta disso, afastei-me da minha carreira de atleta durante 2 anos e meio, de outubro de 1989 a janeiro de 1992, retornando apenas 6 meses antes dos Jogos Olímpicos de Barcelona. E me lembro de quando você assumiu a Confederação Brasileira de Judô, em uma situação extremamente difícil da Confederação Brasileira, e naquele momento você assumiu diversos compromissos junto aos atletas, junto aos clubes e às federações. E eu me lembro de que, durante o período em que você esteve à frente da Confederação, todos os compromissos assumidos



foram realizados, foram atendidos, nenhum deles deixou de ser realizado. E, por conta disso, nós vimos, nos últimos 15 anos, quase 20 anos, um grande crescimento não só de resultados, mas principalmente no que diz respeito à organização do judô, não só na confederação, mas no Brasil inteiro.

Eu não tenho dúvida de que todos os compromissos que você assumiu aqui agora serão atendidos e realizados, alguns de maneira mais rápida, outros vão levar um pouco mais de tempo, porque demora um tempo para se conseguir realizar algumas decisões, e eu não tenho dúvida de que isso tudo vai acontecer.

Eu gostaria de falar também que não só em relação ao Comitê Olímpico Brasileiro, mas também em relação às confederações desportivas nacionais, o Ministério do Esporte já realiza um trabalho de aproximação com todas essas entidades, cobrando maior transparência e um número cada vez maior de regras de governança. Isso vai acontecer cada vez mais. É papel do Ministério do Esporte não apenas ser um espectador, mas um protagonista no que diz respeito principalmente a essas áreas, mas a outras também. E é dessa maneira que o Ministério enxerga o desenvolvimento do esporte nacional, e é dessa maneira que nós já agimos, e vamos agir cada vez de maneira mais forte.

Eu gostaria de desejar boa sorte nesse período em que você está à frente do Comitê Olímpico do Brasil. O Ministério do Esporte quer, nesse momento de transição na direção do Comitê Olímpico, estar ao seu lado, para que todas essas suas metas possam se tornar realidade. Não tenho dúvida de que o esporte brasileiro, apesar de todas as dificuldades do momento, ainda tem que se desenvolver muito e vai alcançar os seus objetivos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado, Rogério.

Passo a palavra ao Sr. Hugo Parisi.

O SR. HUGO PELLICER PARISI - Boa tarde a todos. Eu gostaria de dizer que me sinto muito honrado por ter sido convidado e por estar representando todos os atletas do nosso País. Eu, como atleta, fico pensando que o maior ensinamento que o esporte nos dá é o caráter, são os princípios. Mas hoje o que não estamos vendo é esse caráter e esses princípios do esporte nas confederações, nas federações e, recentemente, dentro do Comitê Olímpico. Eu acredito que essa



mudança que vai ser votada amanhã é um excelente passo, em que se está dando mais espaço para os atletas. Eu acredito que essa tendência deve se alastrar a todas as federações e confederações. Esse é o meu desejo.

E eu acredito que vocês aqui vão fazer um excelente debate hoje. Eu queria fazer só um pedido pessoal, que o que formos debater aqui que seja para o futuro do nosso País. Vamos parar um pouco de olhar para o nosso próprio umbigo e pensar nas crianças, que são o futuro do nosso esporte, o futuro do nosso País.
(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado, Sr. Hugo.

Eu passo a palavra ao Sr. Marco La Porta.

O SR. MARCO LA PORTA - Boa tarde a todos. Eu queria agradecer o convite para participar desta audiência pública. Falar de esporte, para nós que somos apaixonados, é sempre muito gratificante. Eu não tenho a pretensão aqui de falar como representante das Confederações, até porque não fui nomeado para isso. Mas tenho certeza de que muito do que vou falar aqui, em nome do trabalho que é feito nas Confederações, é corroborado pelos meus companheiros que estão à frente das Confederações no momento. O momento agora realmente é de mudanças. Todo mundo tem plena consciência disso. E a confiança que os Presidentes das Confederações têm hoje no Comitê Olímpico é totalmente diferente da que tinham há 2 anos. Hoje sabemos que o caminho que o Comitê Olímpico vem buscando é esse caminho da transparência, mudando estatuto, um caminho de governança, abrindo realmente o Comitê Olímpico para os atletas, para as Confederações, de maneira que tudo possa realmente formar um corpo só em prol do nosso esporte.

Independente de ser a figura do atual Presidente, Paulo Wanderley, todas as pessoas que trabalham dentro do Comitê Olímpico, e ele citou várias aqui, são profissionais capazes, ex-atletas, gestores, e que têm muito a confiança das Confederações para tocar esse trabalho. É um momento realmente em que nós da Confederação somos muito cobrados. Eu sou Presidente de Confederação, talvez um dos mais novos, assumi apenas em abril. E tenho recebido bastante cobrança por parte do Ministério do Esporte, dos atletas e do próprio Comitê Olímpico. Tanto na minha Confederação quanto nas outras confederações e até mesmo no Comitê



Olímpico o discurso é o mesmo, da transparência, de mostrar o que está sendo feito, porque nada está sendo feito errado. E queremos a participação de todos — nada é fechado —, para que as pessoas possam participar e entender. Então, temos passado por diversas avaliações, mudanças estatutárias, para que as pessoas possam acompanhar esse momento de mudança de que o esporte fala.

Então, como bem falou o Hugo agora, recentemente, as mudanças têm que ser benéficas para o esporte, para o desenvolvimento do esporte. E a confiança que hoje, reitero, as Confederações têm nessa nova gestão do Comitê Olímpico, pelas próprias ações que já estão acontecendo, é muito grande. Sabemos que é um caminho que não tem volta. Então, eu tenho certeza de que a comunidade pode confiar no trabalho que está sendo feito. E esse debate aqui é muito importante. Então, temos aqui representantes de todas as instituições, de todos os ramos do esporte brasileiro, com diferentes visões. E temos certeza de que o debate que vai sair hoje aqui vai ser muito proveitoso. Não temos dúvida de que as Confederações estão alinhadas com isso.

Então, eu agradeço a presença de todos. Estamos abertos para discussões.
(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado, Marco.

Quero citar também a presença da Deputada Flávia Moraes, que nos prestigia, e do Dr. Wladimir Camargos. Eu não sei se ele está representando a CVC... Não. É uma satisfação tê-lo aqui conosco.

Eu vou passar já para a lista e vou fazer assim: a cada dois participantes, passaremos a palavra para um Deputado, com perguntas dos colegas. Pode ser? Então, a cada dois participantes, passaremos a palavra para um Deputado. Aqui está a lista: o Deputado Leo de Brito, depois o Deputado Roberto Góes e a Deputada Flávia.

Então, iniciando, eu passo a palavra ao Sr. Luiz Lima, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. LUIZ EDUARDO CARNEIRO DA SILVA DE SOUZA LIMA - Agradeço ao Deputado João Derly, à Comissão de Esporte, composta por Parlamentares, a todos da mesa, Rogério, Paulo e Hugo Parisi. Quero fazer uma homenagem ao Lindbergh, que trata o esporte brasileiro com muita lucidez e paixão.



Eu gostaria de iniciar este meu depoimento com uma frase da Fabiana Schneider, Procuradora da República e da Lava-Jato no Rio de Janeiro, que diz o seguinte: *“Enquanto os atletas lutavam pela sonhada medalha, os dirigentes guardavam ouro na Suíça”*. Essa frase é muito emblemática, Presidente Paulo. O senhor vai ter que assumir, sim, a responsabilidade pela administração passada, assim como eu vou assumir a responsabilidade pela Secretaria Nacional de Esporte. E eu me sinto muito confortável em falar do Comitê Olímpico Brasileiro porque eu fui Secretário durante 12 meses, no período dos Jogos Olímpicos. Eu permaneci. E trouxe para a minha Secretaria a Controladoria-Geral da União — CGU e a tornei transparente. Trouxe três pessoas maravilhosas para trabalhar comigo. Então, Presidente Paulo, eu me sinto muito confortável. E vou direto ao ponto.

Eu gostaria agora, como cidadão brasileiro, de pedir à Comissão do Esporte, composta por Parlamentares, cinco ações: a suspensão imediata dos recursos da Lei PIVA para o Comitê Olímpico Brasileiro — COB, a intervenção imediata, abertura de contas, mudança total da equipe e Diretas Já, com a participação de todos os atletas olímpicos. Essa minha opinião, Presidente Paulo, não é uma opinião pessoal. Não tenho nada contra o senhor, pelo amor de Deus!, mas é uma visão, como Secretário, que adquiri nos anos que atuei.

A COB Confederações é uma organização muito fechada ou, pelo menos, foi. Ela forma realmente um time, é muito fechada. O COB tem atuação muito parecida com a de um Ministério. Eu até hoje eu não entendi muito bem como uma instituição privada celebra convênio com outras instituições privadas e com o recurso público. Enquanto eu estive na Secretaria, eu lutei para que os convênios fossem feitos e aqui nesta Comissão de Esporte, diretamente com as Confederações, até para oxigenar o Comitê Olímpico Brasileiro e não deixar os presidentes de confederações presos ao seu sustento para eleger e não ter uma oxigenação, uma transferência na alternância de poder. Então, o COB hoje paga a presidentes de confederação salários de cerca 22 mil reais. Não sou contra os presidentes receberem, mas receber de uma instituição na qual ele tenha participação e votação é muito duvidoso. Isso torna a relação muito estranha.

Gostaria, sim, que houvesse uma investigação também específica dos salários que superam o teto permitido da legislação dos funcionários do COB, a



exemplo do salário, como saiu há pouco tempo, do Sérgio Lobo, que era Secretário-Geral, Diretor Financeiro, que recebia 89 mil reais por mês. Acho muito difícil o COB ter recursos privados para conseguir pagar esse valor. Então, tem que ter transparência. Os técnicos do Tribunal de Contas da União — TCU são muito experientes, mas parece que quando o cargo chega acima, parece que acaba sendo não tão bem apurados esses valores. Nós não podemos ter o salário acima o do teto do Governo Federal, principalmente com recursos da Lei Piva, vindo do mais simples brasileiro, aquele que joga na Loteria esportiva e que está vendo o seu dinheiro investido. O Comitê Olímpico do Brasil — COB recebe hoje, ou recebeu, aproximadamente 216 milhões no ano passado. É mais do que o Orçamento, do que 50% dos Municípios do nosso País. Então, a responsabilidade é muito grande.

As Confederações hoje são patrocinadas por empresas estatais. Quanto à relação com os atletas, o atleta fica muito preso em um caminho único. Ele se sente preso porque todos os recursos dele praticamente vêm da iniciativa pública, porque o setor privado saiu do esporte. Então, por isso que vimos poucos atletas hoje participando. E eu gostaria de ver uma maior participação dos atletas.

Presidente Paulo, não encare isso como uma reclamação pessoal, mas o COB tem que melhorar muito. Eu vou buscar aqui uma frase do Papa Francisco, que, na semana passada, disse que omissão também é pecado — omissão também é pecado. Então, ninguém estava involuntariamente no COB. Todos eram voluntários, ninguém estava com a perna amarrada. Então, é bom mudar? E bom mudar, sim! Mas o que foi feito no COB foi muito grave.

Eu vou citar a minha filha que, na semana passada, foi convocada para representar o Brasil no Pan-Americano Infantil de Natação. Ela disse o seguinte: *“Papai eu vou representar o Brasil! Eu vou usar o uniforme brasileiro!”* É com essa paixão e com essa responsabilidade que temos que dar uma satisfação para a população brasileira. O recurso da Loteria vem do mais simples brasileiro. E é ele que paga o salário de todos do Comitê Olímpico Brasileiro e de todos os servidores públicos que trabalham aqui nesta Casa e com o esporte.

Muito obrigado, Presidente Paulo. Desejo muita sorte ao senhor e que o senhor encontre o equilíbrio e a verdade na condução do Comitê Olímpico Brasileiro.

Obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado Luiz.

O SR. LUIZ EDUARDO CARNEIRO DA SILVA DE SOUZA LIMA - Só uma dúvida: as Diretas Já, quais são as cinco ações? Suspensão dos recursos da Lei Agnelo, abertura de contas — isso não é feito, se eu não engano, desde 2011 —, Eleições Já, com a participação de todos os atletas olímpicos.

E, Deputado João, eu esqueci aqui, perdão, eu tive que falar muito rápido, a participação dos clubes formadores é essencial. Eu não vejo hoje um Minas, um Esporte Clube Pinheiros, um Grêmio Náutico União, um Corinthians, um Serviço Social da Indústria — SESI sem haver a participação, porque são eles que realmente treinam e produzem grande parte dos atletas que defendem o Brasil nos jogos olímpicos e em campeonatos mundiais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado Luiz.

Passo a palavra ao Sr. Beto de Freitas. *(Pausa.)*

Sr. Bebeto, antes de V.Sa. iniciar, só quero citar a presença do Deputado Hélio Leite, que também é um proponente desta reunião. Deputado Hélio, é uma satisfação tê-lo presente aqui.

O SR. PAULO ROBERTO DE FREITAS - Também quero começar agradecendo à Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados, em especial ao seu Presidente, Deputado Ezequiel, que foi quem me fez o convite, ao nosso Deputado campeão ou ao campeão Deputado João Derly, em especial também ao Lindbergh, que sempre nos apoiou.

Eu pensei muito o que falar ou debater sobre o COB, mas a minha visão dentro do COB é muito simples: a menor distância entre dois pontos é uma linha reta. Você não consegue ter uma cobertura, se você não se preparar com a base e, principalmente, com a sua garagem. Então eu fui pesquisar um pouco antes de vir aqui para falar. Há notícias em tudo quanto é jornal, *sites* especializados. A primeira coisa que eu li: “Cartolas não prestam contas de milhões investidos nas confederações para o Rio 2016; COB nunca reprovou nada.” “Segundo informação obtida pelo **ESPN.com.br** com exclusividade, o Comitê Olímpico Brasileiro possui, hoje, mais de 4 mil projetos sem prestar contas.” “O Tribunal de Contas da União confirma à reportagem que existem problemas nas prestações de contas envolvendo o COB, que jamais reprovou nenhuma delas.” “As confederações são obrigadas a



prestar contas ao COB. Mas nós percebemos que o COB jamais havia reprovado nenhuma prestação de contas das confederações”, disse Ismar Barbosa Cruz, secretário de controle externo da Educação, Cultura e do Desporto do TCU e auditor federal do órgão desde 1994.

“Preocupou muito a deficiência na demonstração da utilização dos recursos. Com o que foi gasto?” Palavras de Eliane Viegas Mota, Diretora da CGU na área de auditorias da área do Esporte.

“Dias após a publicação da série Dossiê das Contas, o Ministério do Esporte enviou nota oficial à ESPN em que se comprometeu a analisar em cinco anos — ou até 2022 — as milhares de prestações de contas pendentes na pasta. E confirmou que possui, atualmente, mais de 2 mil convênios com as contas emperradas, ou mais de R\$ 1 bilhão investidos sem análise adequada.”

Confederações na mira.

“A série Dossiê das Contas, também do Jogo Limpo, mostrou mais de 50 auditorias do TCU e CGU que mostraram inconsistências em pelo menos 14 esportes olímpicos: Handebol, Tênis de Mesa, Canoagem, Natação, Basquete, Boxe, Vôlei, Ginástica, Tiro com Arco, Vôlei de Praia, Ciclismo, Rugby, Golfe e Atletismo...”

Com qual moral nós teríamos agora de reivindicar porque o orçamento do Ministério do Esporte foi cortado em 87%?

Cheguei ontem precisamente dos Estados Unidos, onde estive na reunião do Volleyball Hall of Fame e recebi uma coisa que me deixou impressionado. Todos por lá sabem exatamente tudo o que está acontecendo aqui no Brasil e esperam que decisões mais precisas aconteçam. Na próxima reunião do dia 15 de dezembro, se não me falha a memória, será dada uma suspensão ao ex-Presidente do COB, em função de tudo o que aconteceu.

Eles também têm, do ex-Presidente da Confederação Brasileira de Voleibol, que hoje é o Presidente da Federação Internacional de Voleibol, todo o dossiê que saiu publicado, tim-tim por tim-tim, contrato por contrato. Nada além disso aconteceu.

Paulo, se você me permite, eu também tenho 67 anos, estou no esporte desde os 12 anos, participei de tudo o que você possa imaginar, mas eu não posso



acreditar numa estrutura que se demonstrou falida, se demonstrou sem ética e sem moral em todos os níveis.

Então eu espero que nós tenhamos realmente novas eleições, que nós possamos colocar gente nova, porque omissão e conivência, eu fui ver no dicionário antes de poder falar, é muito próximo uma coisa da outra. Mas eu prefiro, obviamente, a omissão. Então, peço ao Deputado João e a todos também que coloquem.

De modo pessoal, eu não vejo como podemos continuar avante ou pensar em um esporte grande no Brasil sem que tenhamos renovado completamente todo o quadro de dirigentes que temos no esporte brasileiro, com todas essas acusações que não são respondidas. Era isso o que eu gostaria de falar.

Eu tenho 40 segundos — sei que não dará tempo, eu tinha alguma coisa aqui e ali —, mas, na realidade, o que eu gostaria de pedir é que a Dra. Dodge pudesse, realmente, ter um carinho especial, apesar de todo o envolvimento que ela está tendo com todos os problemas que estão acontecendo no Brasil.

O esporte brasileiro é muito importante. Nós vivemos num país onde a educação física não é obrigatória nas escolas. Nós vivemos num país onde temos uma epidemia de obesidade. Nós vivemos num país onde temos um grave problema na saúde. Sabemos todos que a atividade física é aquela que, quanto mais cedo, melhor, e antes tarde do que nunca, pois é o grande remédio que temos. Desculpe se passei um pouco.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado, Bebeto.

Como eu propus antes, o Deputado Leo de Brito pode usar a palavra, se quiser.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, Deputado João Derly, nosso colega campeão olímpico que nos orgulha muito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - O campeão olímpico está aqui, o Rogério. Eu sou campeão mundial. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Está certo. Mas V.Exa. nos representou muito bem nas Olimpíadas também, como judoca. Sabemos da importância que



V.Exa. tem. Saudamos o Rogério também; o Hugo Parisi; o Paulo Wanderley; o Marco La Porta; o nosso querido colega, Deputado Arnaldo Jordy, também presente.

Primeiro, parablenizo V.Exa. por fazer este debate. Não há nada mais importante para este Parlamento, como Casa do Povo, que ouvir diversos setores da sociedade e falar sobre a questão olímpica, ouvindo os atletas, os treinadores, os Presidentes das Confederações, o Comitê Olímpico e também o próprio Ministério do Esporte.

Este momento em que temos a maior crise do esporte olímpico brasileiro, com os escândalos que estão colocados e que causam uma perplexidade imensa na sociedade, é o ideal para procurarmos os Parlamentares e todos esses envolvidos para buscarmos soluções para este momento do esporte olímpico.

Eu, como Parlamentar que atuo nesta área, bem como todos que estão aqui, que militam há muito tempo no esporte, sonhamos em falar sobre o legado olímpico, sobre o Brasil, sobre as medalhas que o Brasil teria conseguido nas Olimpíadas do ano passado, sobre a potencialidade do Brasil para entrar nas próximas Olimpíadas, sobre a massificação do esporte em todas as suas dimensões no nosso País. Mas, infelizmente, estamos aqui em um momento em que se discute, sobretudo, a corrupção no Comitê Olímpico.

Também, infelizmente, já tivemos um debate aqui mesmo, na Comissão de Esporte. Eu fui signatário de um requerimento em que nós debatemos como serão utilizados os equipamentos e como se trabalhará o legado olímpico neste momento de muita dificuldade pelo qual o País vive.

Então, infelizmente, estamos aqui para debater a crise. Isso é o que nós viemos fazer aqui hoje.

É até difícil falar depois do mestre Bebeto de Freitas, mas ficou muito claro que existe a necessidade de fazermos uma renovação. Isso passa pelo COB e pelas próprias Confederações. Quem conhece o esporte amiúde sabe que esses problemas que foram detectados no COB também existem em outras áreas. Nas Confederações também, ficou muito claro.

Eu fui Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados no ano passado. Nós acompanhamos e tivemos o contato



com o TCU em diversas situações, como ficou bem evidenciado na fala do Bebeto de Freitas, situações em que foram detectados desvios e irregularidades.

É claro que tanto o Comitê Olímpico como as Confederações vão ter que fazer uma espécie de *compliance*, vão ter que rever suas práticas. Nós precisamos ter outro momento, do ponto de vista da fiscalização, de como devem ser fiscalizados esses recursos que são fundamentais.

Nós temos que ter mais recursos, sim, para fortalecer a prática esportiva nas diversas modalidades esportivas, tanto na dimensão do esporte educacional, do esporte como inclusão, mas também do esporte de alto rendimento. Mas, obviamente, cada centavo investido no esporte deve chegar à ponta, deve se traduzir em resultados concretos. Isso é o que nós queremos. Obviamente, isso vai passar por essa transição que o Paulo está coordenando no Comitê Olímpico Brasileiro.

Então, da nossa parte, Paulo, os pilares que você colocou, do mérito e da transparência, são fundamentais nesse processo. Acho que se deve escancarar mesmo, deixar cada vez mais transparente o que acontece, o que aconteceu e o que não deve acontecer de agora em diante no Comitê Olímpico.

Obviamente que, numa transição, também temos que ter cuidado e até prudência com determinadas situações. Vou citar um exemplo. Quero fazer uma saudação especial às delegações que vieram dos Jogos Escolares da Juventude. O COB tem administrado, ao longo desses últimos 13 anos, com muita excelência os Jogos Escolares da Juventude.

Só para se ter ideia, no meu Estado do Acre, participaram mais de 14 mil estudantes, dos 22 Municípios, inclusive, temos delegação hoje aqui em Brasília disputando a Nacional. Vislumbra-se, neste momento, até mudanças em relação a esta gestão, é claro. Acho que temos que separar aquilo que dá certo daquilo que não deu certo. Eu só peço que haja esse cuidado.

Obviamente que nós vamos trabalhar e verificar com muito zelo os projetos que estão tramitando nesse sentido aqui na Casa para não acontecer nenhum tipo de erro nesse sentido. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado, Deputado Leo de Brito.



Também cito a presença do Deputado Arnaldo Jordy, que nos prestigia e é muito ativo na Comissão do Esporte.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Boa tarde a todos e todas. Agradeço a Deus por esta oportunidade de estarmos presentes nesta grande audiência de interesse nacional.

Parabenizo o Deputado João Derly, o Deputado Hélio Leite...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Deputado Góes, só quero dizer para se preparar o próximo, que é o Carlos Henrique Martins. Depois, o Carlos Azevedo. Desculpe cortar sua fala. Vou restituir o tempo.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - O que eu vejo, Presidente, em boa hora, é que o mundo mudou, as coisas estão acontecendo numa velocidade imensa, o Brasil passa por esta transformação, o esporte passa por essa transformação.

Eu sempre vi o COB, o Comitê Olímpico, muito distante da sociedade. Da forma como sempre foi administrada, acho que o ex-Presidente perdeu a noção do que era público e privado pelo tempo que ficou e pelos problemas que foram criados. Mas eu tive a felicidade de participar nesta Comissão e acompanhei um pouco a questão dos Jogos Escolares.

Da mesma forma, no Amapá, hoje tínhamos mais de 170 atletas alunos da rede pública estadual e privada que participam de uma competição tão importante. Já tive oportunidade de levar também, através da CBDE, alunos da escola pública do Amapá, alunos pobres, para disputar uma competição internacional no Catar.

Então, eu vejo a importância dos Jogos Escolares. Lógico que a sociedade, os atletas de ponta precisam ter uma iniciativa. E é na escola pública que se começa. Eu fui aluno de escola pública.

Eu vejo muitas vezes o Comitê muito distante desses problemas. Escutamos vários Presidentes de Federação com a mesma conversa: a distância do Comitê com relação aos atletas, com relação às Confederações, e as Confederações com relação às Federações.

Para trazermos os atletas do Amapá para vir disputar a competição, tivemos que colocar uma emenda, porque muitas vezes nem os Estados nem os Municípios têm condições de fazer. Às vezes os Estados fazem as competições locais nos



Municípios mais pobres, mas não têm condições de trazer seus atletas para virem a uma competição nacional e, quem sabe, a uma competição internacional.

Eu tive a oportunidade de colocar isso. Estou ao lado do Secretário de Esporte do Estado do Amapá, que hoje é Presidente da Confederação de Tae-kwon-do, que também passou por problema. Ele foi eleito recentemente, acho que há dois ou três meses. Então, acho que esta audiência é importante.

Mas eu queria saber qual é a participação do COB e qual é a relação do COB com a CBDE e de que forma podemos fazer para melhorar ainda mais esta relação. Porque eu sou Presidente de uma Federação de Futebol no Amapá, faço parte e tenho uma relação com a própria CBF, que não recebe nenhum centavo de recurso público. Muitas vezes, a CBF é atacada de muitas maneiras, mas não recebe nenhum centavo de recurso público. Todos os recursos da CBF são recursos de patrocinadores. Ela também estava muito distante da sociedade. Hoje, ela está muito mais próxima.

Eu vejo que, para melhorarmos o esporte brasileiro, têm que se fortalecer cada vez mais os Jogos Escolares, os clubes, as Federações. Assim, com certeza, vamos melhorar cada vez mais o esporte brasileiro. Era o que eu tinha a dizer e parabenizar, mais uma vez, o Deputado João Derly pela iniciativa, um Deputado que sempre vem trazendo esses grandes problemas para a Comissão de Esportes. Eu queria saber qual é a participação efetiva na sua gestão com relação à CBDE.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Delgado) - Nós propomos conceder a palavra a dois convidados e dois Deputados alternadamente, para não monopolizar o debate.

Eu pergunto ao Deputado Hélio Leite, que é um dos proponentes, se espera a sua vez. *(Pausa.)*

A Deputada Flávia Morais saiu.

Quero registrar a presença do Deputado Carlos Henrique Gaguim, a quem agradeço.

Passo então a palavra ao Sr. Carlos Henrique Martins Teixeira.

O SR. CARLOS HENRIQUE MARTINS TEIXEIRA - Quero cumprimentar a todos nas pessoas do Deputado João Derly e do Professor Paulo Wanderley.



Senhoras e senhores, eu sou do Minas Tênis Clube. Sem fugir do tema, gostaria de contar mais ou menos o que é o Minas Tênis Clube. O Minas Tênis Clube é uma entidade de 82 anos que foi fundada como Praça de Esportes. Nós temos hoje 75 mil sócios. Minas Gerais é um dos Estados que tem o maior número de Municípios do Brasil. Se fôssemos um Município do Estado, por exemplo, seríamos o 23º. E nessa história, nascendo como Praça de Esportes, nós temos em nosso DNA essa prática esportiva há 82 anos. Nossas práticas corporativas compõem obviamente de estatuto como associação e também prática de governança e transparência, de *compliance*, de ética, publicação de nossos editais, de prestação de contas em órgãos oficiais de publicação. Temos um conselho composto por 350 associados, entre os grandes empresários de Belo Horizonte e políticos. Entendemos que é obrigação da diretoria, não é demérito nenhum, a prestação de contas.

Feita essa introdução, eu posso afirmar que os clubes são, talvez, das associações, das entidades do Brasil que possui o maior número de entidades centenárias no Brasil. E acreditamos no esporte. Entristece-nos muito ver toda essa situação que estamos aqui discutindo, porque temos entre nossos pilares, no Minas Tênis Clube, a questão da educação, e dizemos que estão muito mais na educação do que no esporte propriamente dito, porque se se considerar o esporte como fim em si mesmo, você se perde, talvez, na busca por uma performance cada vez maior. Então buscamos assim o esporte como forma de envolver os nossos jovens e educá-los nessa prática esportiva saudável. A corrupção realmente não é saudável, e nós não temos como explicar isso, nem mesmo levar esse exemplo para os jovens. O exemplo que nós temos que levar é o mineiro, um exemplo desta nossa governança que passamos, desta nossa obrigação de prestar contas com muito modéstia.

Pois bem. Vim também do judô e conheço o professor Paulo Wanderley na CBJ. Lá na CBJ, o professor Paulo Vanderlei sempre considerou muito os clubes. É claro, fizemos reivindicações, levamos isso ao professor Paulo, a posição dos clubes com muita firmeza e sempre com muita elegância. Fomos contemplados com isso. Foi criado o Grand Prix e formas de participação do clube. No final da gestão, o voto dos clubes.



Tomamos conhecimento ontem no Minas Tênis Clube que haveria uma assembleia amanhã no COB, que o estatuto já estaria pronto. Ficamos tristes porque não contemplava os clubes, clubes formadores, como o Luiz Lima bem destacou, do porte de Pinheiros, do porte do Grêmio Náutico União. O Grêmio Náutico União é um clube com mais de 100 anos de existência que tem muita a colaborar, assim como Pinheiros, a Sogipa, que é formadora do nosso campeão mundial, do nosso Deputado João Derly, grande contribuição para a sociedade.

Como mencionou o nosso campeão olímpico e Secretário Nacional de Alto Rendimento Esportivo, Rogério Sampaio, a participação de todos é necessária. Ficamos tristes porque não nos sentimos incluídos. Nós formamos atletas, nós trabalhamos para a sociedade, nós trabalhamos para o esporte olímpico brasileiro e não estamos contemplados. Na verdade, estamos aqui a reivindicar que sejamos partícipes dessa construção do esporte olímpico brasileiro.

Presidente, o meu tempo já se vai esgotando. Os clubes, esses clubes formadores têm importante contribuição a fazer para o esporte olímpico brasileiro. Dentro desta participação de todos, dentro disto tudo que foi falado, governança, transparência e de atos democráticos — acredito que o professor Paulo tem sim a visão disso nos seus métodos — queríamos, não que estivéssemos a reivindicar, que fôssemos reconhecidos como tal. Somos também questionados por nossos associados. Por que nós não estamos nisso? Por que os clubes... Nós somos só investidores, nós só investimos, nós alocamos os nossos recursos, nós temos outras tarefas, nós temos o lazer dos sócios, nós temos propriamente a educação, mas não estamos contemplados.

A nossa missão como clube é colaborar. Temos muito a fazer. Não quero ferir mais o tempo. Então, quero deixar aqui bem acentuada esta colocação de forma delicada, de forma harmônica, de forma a contribuir, que é o que nós queremos fazer para que os clubes formadores sejam também partícipes dessa contribuição para o esporte olímpico nacional.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Passo a palavra ao Sr. Carlos Antônio da Rocha Azevedo.

O SR. CARLOS ANTÔNIO DA ROCHA AZEVEDO - Boa tarde a todos.



Eu gostaria de agradecer o convite e parabenizar a iniciativa do Deputado João Derly e todos aqui presentes e, em nome dele, parabenizar a Mesa.

Eu sou o Diretor de Esportes do Minas Tênis Clube. Sou oriundo da natação. Sou atleta olímpico. Já estive do lado de lá e agora estou do lado de cá. Nunca estive na posição do Deputado, que deve ser talvez mais difícil do que todas essas que nós estamos falando.

Eu gostaria de abrir a minha fala com o seguinte. Nós no Minas, como o Vice-Presidente falou, temos quatro pilares: saúde, educação, cultura e esporte — o lazer entra na composição da saúde. Nós temos isso como obrigação a ser feita independente se houver ou não federação ou comitê olímpico. O Minas fará isso independente de tudo o que possa acontecer politicamente ou não. Talvez isso seja uma das fraquezas que o Minas tem — e outros clubes também —, e o Estado se utiliza disso em benefício próprio, porque ele sabe o que o atleta terá.

Aí eu abro uma provocação quando vários atletas se manifestam — aqui houve vários, olímpicos, campeões e tudo o mais — e falam: *“Eu fui atleta, eu sou atleta, eu fui campeão...”*. Mas de onde? De quem? É como o Harry Potter com uma varinha de condão? O atleta aparece? Ele não é formado? Ele não é contextualizado no conteúdo do clube onde ele esteve? Será que o Brasil tem a capacidade de produzir atletas sem o modelo que existe no Brasil que é o clube? Eu não estou dizendo que isso seja certo ou errado, mas é o modelo que existe. O clube produz atletas, e esses atletas, depois de descobertos e utilizados de forma benéfica para o Brasil através do Comitê Olímpico, se tornam atletas do Brasil e esquecem que foram formados pelo clube, e o Comitê Olímpico também esquece que existe o clube que o forma, que forma os atletas produzidos.

Quer dizer, nós o Minas, eu propriamente posso dizer com muita tranquilidade, porque hoje eu escutei o Deputado conversar e falar a respeito de legado, o Minas tem um legado, o Minas tem um legado olímpico. Nós fizemos uma parceria com o Comitê Olímpico britânico, que deixou para nós um legado que não é recurso. Deixou-nos conhecimento, transparência, uma convivência digna de um comitê olímpico que realmente está à frente de nós. Eles estão hoje trabalhando com as Olimpíadas de 2032, e nós não conseguimos fechar as de 2016. Nós estamos aqui discutindo um problema conceitual de corrupção que não deveria ser



discutido advindo de Ministérios do Esporte e da Educação, que são Ministérios que deveriam demonstrar o que é o correto, e o Comitê Olímpico está a reboque disso. É muito desagradável estarmos debatendo isso aqui.

Como eu vejo o Minas quando se fala, inclusive, do Norte? Hoje existe uma concentração de atletas e uma concentração de clubes. Os atletas advêm de onde? Do Sul e Sudeste, e eles têm que migrar do Norte e Nordeste para poder praticar esporte, porque não existe uma prática, não existe uma política.

Quando eu estive com o Sebastian Coe no Minas, ele falou: *“Quando vocês estavam proclamando a República, a Inglaterra já tinha, no seu Parlamento, uma lei de educação e esporte”*. Quer dizer, eles estão a nossa frente muitos anos, e nós estamos engatinhando, nós estamos tentando buscar a nossa saída.

Fico feliz de ver que existe uma oxigenação. A sociedade está se manifestando, está se movimentando, mas, se isso não for posto em prática, de nada adianta. Se não colocarmos em prática alguma coisa, ficamos que nem Einstein: temos os mesmos ingredientes, os mesmos modelos, as mesmas pessoas, achando que haverá resultados diferentes. Eu tenho isso para mim, aprendi na minha vida esportiva.

Eu fui atleta do Botafogo, fui atleta do Minas. Não esqueço e não deixo de falar isso nunca, porque foram os clubes que me descobriram e me desenvolveram. Fui a Olimpíadas, Mundial, Panamericano, Sul-Americano, pelo Brasil, o que me dá um orgulho muito grande.

Eu ouvi do Ministro da Grécia, quando eu estive lá, que o esporte é o resultado de uma sociedade bem resolvida. Não há esporte se não houver uma sociedade equilibrada em termos do Ministério da Educação, Ministério do Esporte e da própria cultura do país, criando vínculos com os seus cidadãos.

O Minas tem uma prática corporativa, no caso do esporte, em que os nossos atletas não praticam esporte no Minas se não estiverem matriculados e se não passarem de ano. Não existe atleta do Minas que não estude. O atleta do Minas tem que estudar. Se ele, depois que fez 22 anos, não se formou e continuou em uma carreira de elite, hoje com algum tipo de rendimento, o Minas, mesmo assim, exige que ele faça um curso de complementação, porque o nosso trabalho, o nosso negócio é formar cidadão-atleta.



Atleta simplesmente não leva ninguém a lugar algum, a não ser um ou outro neste mundo de 4 bilhões de pessoas. O Brasil é continental. Se não houver uma política nacional do tamanho do Brasil, ele não vai chegar a lugar algum, e não teremos nenhuma satisfação no futuro.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Sigo a nossa ordem de inscrição com o Deputado Hélio Leite, também proponente desta mesa redonda.

Quero citar também a presença da Sra. Louise Bezerra, uma das atletas pelo Brasil. É uma satisfação tê-la aqui. Eu sei que é uma das cabeças aí da turma. *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Já foi citado, já foi citado.

O SR. DEPUTADO HÉLIO LEITE - Sr. Presidente Deputado João Derly, convidados aqui presentes, Deputado Roberto Góes aqui também presente, o nosso cumprimento.

Registro que o Deputado Milton Campos, que é do Estado do Pará, também assumiu agora a Diretoria de Esporte do Clube do Remo.

Nós vivemos hoje neste País e no mundo algo interessante que é poder passar a limpo não só Prefeituras, Governos de Estados, Presidência da República, Ministérios, mas também todos os órgãos que fazem parte do conjunto administrativo do nosso País. Eu vejo o COB com uma postura muito grande, uma responsabilidade imensa. Tem, ao longo do tempo, trabalhado para poder melhorar cada vez mais aquilo que se propôs, mas também vejo que precisa haver uma integração muito maior. Nós não podemos, hoje, ter a participação e a abertura para que todos possam saber o que se faz, o que acontece e como acontece.

Eu quero, primeiro, pedir para o COB que, quando for votar amanhã alguma coisa, coloque a participação dos atletas, porque os atletas conhecem o metiê dessa vida esportiva, como também dos clubes, porque os clubes hoje são um sustentáculo muito maior das competições. São os clubes que fazem o dia-a-dia. São eles que recebem atletas em formação e dão condições para os que têm melhor formação possam se aperfeiçoar. Então é importante que nós tenhamos no COB essa participação para que possa haver essa abertura para dar aos clubes a



oportunidade para que eles possam também participar do gerenciamento das ações. Não há mais espaço neste País, neste momento, para que a pessoa feche em círculo e cada entidade possa dizer: *“Não, eu sou o dono”*.

Eu até, Deputado João Derly, acho que deveríamos fazer um projeto de lei nesta Casa para que não pudesse haver só uma reeleição, para que deixasse ficar perpetuado um dirigente, ao longo do tempo, haja vista que há dirigentes bons e os que não são bons. É preciso que tenhamos essa postura. Também acho que o TCU tem aperfeiçoado, mas tem que aperfeiçoar mais ainda, a sua postura de fiscalização, porque, às vezes, há uma caixa que ninguém consegue acessar. É importante que consigamos esclarecer hoje as situações.

Gostaria de estar discutindo algo diferente, hoje, em vez de ficar preocupado com aquilo que o COB fez ou deixou de fazer, poderíamos fazer um planejamento — como o Dr. Carlos falou —, a busca pela formação de novos atletas, de novos valores.

Eu sou do Estado do Pará. Percebemos os talentos, mas percebemos a dificuldade de atletas, como a distância, que poderiam representar o nosso País.

Vejo que o COB tem que voltar o seu viés para que possamos trabalhar a formação de novos atletas. Com certeza, esse é o nosso pensamento hoje. Esta Casa, através desta Comissão, tem feito seu trabalho, discussões, tem dado oportunidade àqueles que querem expressar seus sentimentos. Mas é preciso que avancemos cada vez mais.

Eu fiquei sabendo, poucos dias atrás, e fiquei estarecido: os dirigentes recebem altos salários no COB, se não me engano 88 mil por mês! É preciso adequar a nossa legislação e haver um teto, porque é preciso haver recursos, para investir cada vez mais na boa prática do esporte. É preciso haver um planejamento e até um conselho para buscarmos aquilo que é importante: utilizar o recurso público naquilo que é fundamental.

Estou feliz em poder ter participado com S.Exa., Deputado João Derly, deste requerimento, desta audiência pública, por perceber que os Parlamentares também comungam do princípio, estão presentes na reunião. Para quem não sabe, nesta Casa funcionam, numa hora dessas, oito ou dez Comissões.



Cada Parlamentar que entra na Comissão e sai dela, é porque ele está participando também de três ou quatro Comissões. Este momento é fundamental e esta Casa faz o seu papel: está discutindo aquilo que é fundamental discutir. Quem é culpado, tem que pagar pela sua culpa. Aqueles bem-intencionados, nós temos que louvá-los, e buscar cada vez mais ser parceiros.

Eu só acho que este País precisa crescer cada vez mais, não só na qualidade mas também na condição de formar novos atletas. Eu vejo atletas que deram muita honra ao nosso País, que estão aqui também somando para buscar novos valores.

Volto a repetir a nossa tese: devemos investir na categoria de base, na formação. Para isso, é fundamental investir na área estudantil. Até propus, um dia desses, para os Ministros do Esporte e da educação fazer uma fusão, para que a escola tenha um projeto direcionado para a pedagogia, mas também para a prática de esporte.

Neste mundo em que a violência está avançando em nosso País, se nós não tivermos carinho, atenção especial na formação de jovens, adolescentes, não chegaremos a lugar nenhum.

Portanto, eu quero parabenizar quem está aqui presente. Quero dizer que é importante saber ouvir.

Deputado João Derly, eu acho que esta Comissão deve fazer mais ainda, deve abrir um canal para ouvirmos aqueles que não podem se reportar a algo, nem tem tempo, para fazermos um tipo uma ouvidoria, para saber o que eles acham, qual é a ideia, qual é o pensamento, para que esta Comissão possa somar para o bem do esporte no nosso Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado, Deputado Hélio Leite.

Registro a presença do Deputado Evandro Roman, que acabou de chegar. Nós estamos concedendo a palavra para dois Deputados e dois convidados. Temos ainda inscritos os Srs. Sami Arap Sobrinho e Stefano Adolfo Prado Arnhold.

Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, quero cumprimentar a todos, especialmente V.Exa., que é o proponente desta audiência pública e autor



do requerimento, cumprimentar os demais colegas Deputados da Comissão, cumprimentar os nossos convidados, Dr. Paulo Wanderley, Presidente do COB e que muito nos honra com a sua presença. Tivemos a oportunidade de conversar um pouco hoje antes desta audiência. Quero cumprimentar os demais convidados, Marco La Porta, o nosso companheiro Ministro Rogério Sampaio, nosso orgulho olímpico Hugo Pellicer Parisi, atleta olímpico também de saltos ornamentais, e os demais presidentes e representantes de entidades aqui presentes, presidentes de confederações de uma maneira geral, o nosso representante do Ministério da Defesa, aliás, o Ministério da Defesa que hoje ostenta boa parte das nossas medalhas por conta de um programa que também ajuda a revelar e exaltar esse espírito olímpico brasileiro.

Eu queria parabenizar V.Exa., Deputado João Derly, por essa oportunidade. Eu, Deputado Hélio, como V.Exa. e, acho, os demais Deputados, gostaria de discutir outra pauta, mas essa é a nossa catarse necessária. Eu acho que esse momento que nós estamos vivendo no esporte e no desporto nacional é ao mesmo tempo deprimente, porque a sensação, pelo menos eu tenho, e acho que ela permeia a consciência e o sentimento de muitos brasileiros que foram vítimas de uma fraude, de Brasil olímpico, País olímpico, metas de medalhas, isso tudo é uma conversa. E agora nós estamos tendo a oportunidade de saber o por quê ou quais são algumas das razões constitutivas das nossas dificuldades, porque nós precisamos encará-las de frente se nós tivermos o propósito de superá-las. O esporte brasileiro e o desporto, salvos os nossos heróis olímpicos e todos aqueles que denodam de forma sacerdotal o seu empenho, o seu afinco, o seu compromisso com essa agenda, são vítimas de abutres.

O Deputado Roberto Góes falou uma coisa importante: a CBF hoje, para pegar o futebol, que é a nossa linguagem esportiva maior, ou pelo menos mais universal, está fazendo um esforço de recomposição. Mas nós temos que deixar claro o seguinte: os dois ex-Presidentes da Confederação Brasileira de Futebol estão presos. Um deles está respondendo processo num tribunal dos Estados Unidos, por uma única razão, o dinheiro desviado passou pelo sistema financeiro dos Estados Unidos. Só isso! Pelo fato de o sistema financeiro ter identificado um



dinheiro sujo, ilícito no seu sistema, o Sr. Marin está preso e em pleno julgamento nos Estados Unidos, porque o Brasil era o paraíso da impunidade.

O Sr. Nuzman está numa situação que todos aqui já revelaram, do Comitê Olímpico Brasileiro, depois de tudo o que nós assistimos nas Olimpíadas. Imagine, aquilo que deveria ser o orgulho nacional, qual é o sentimento que as pessoas comuns que se animaram com aquilo estão sentindo? Decepção, frustração, descrédito. E paga o justo pelo pecador desgraçadamente.

O Tribunal de Contas da União fez, por amostragem, em 11 confederações, uma avaliação de prestação de contas. Dez revelaram improbidade, por amostragem, aleatoriamente. Ou seja, aquilo que parecia ser exceção virou regra. E as nossas prioridades não são obedecidas. Eu repito o que eu disse hoje para o Dr. Paulo Wanderley, na nossa reunião, e falo isso com toda essa ênfase na esperança de que nós somos aqui atores da renovação disso, na crença de que há um processo em contraposição a essa tragédia da corrupção, do desvio, da farra, enquanto milhões de brasileiros não têm acesso à prática de esporte e, portanto, se potencializam nos desvios e nos descaminhos da vida, porque, independente do esporte de alto rendimento etc. e tal, existe o elemento cidadania de inclusão social numa sociedade desigual, como a sociedade brasileira.

No meu Estado do Pará — e aqui eu aproveito para cumprimentar o nosso Deputado Estadual Milton Campos, que representa o honroso Clube do Remo —, como disse o Deputado Hélio Leite, 55% das escolas não têm quadras de esportes. Como é que se faz do Brasil um País olímpico?

O maior programa de prática de jovens na escola absorve, aliás, absorvia, porque não absorve mais, 3 a 4 milhões de jovens numa população de quase 40 milhões de jovens em idade de prática esportiva nas escolas públicas. Esse projeto consumia 70 milhões de reais do orçamento anual. É quase o que foi achado nas malas um dia desse de um pilantra da República, flagrado, está preso, o Sr. Geddel Vieira Lima, preso por causa das malas e uns caixotes, as meninas passaram 3 dias contando com aquela maquininha. É o que responde pelo maior programa de esporte na escola do Brasil, que não existe mais.



Nós precisamos acentuar essas coisas. Nós precisamos compreender esses fenômenos e compará-los com os resultados pífios daquele que pode se tornar de fato um país olímpico, mas precisamos mudar muita coisa.

O Deputado Hélio Leite falou dos salários. Há salário maior do que 88 mil reais. Cento e cinco mil reais! Não é isso? Já foi demitido, felizmente. Noventa e dois mil reais! Quase 100 mil reais!

Foi preciso que o ex-Presidente do COB fosse preso, afastado, houvesse uma nova diretoria, com outra mentalidade, felizmente, para dizer que já demitiu, está reduzindo em quase 25% o custeio de salários do COB.

Veja bem, Deputado Bebeto, uma entidade centenária!

Isso é grave demais! Isso não pode ser minimizado. Isso não pode ser considerado assim: *“Não vamos olhar mais para trás. Vamos olhar daqui para frente”*. Não! Nós temos que olhar para trás, temos que colocar o dedo na ferida, temos que responsabilizar esses criminosos e coveiros de sonhos de milhões de jovens brasileiros. Coveiros de sonhos de milhares de jovens brasileiros que nunca tiveram a oportunidade de praticar o esporte neste Brasil, de 210 milhões de habitantes!

Os jovens que estão sendo personagens de destaque, nas páginas policiais, poderiam estar nos cadernos de esporte, orgulhando-nos, como tantos que estão participando da Mesa, ex-atletas, como um dirigente do COB, o Agberto Guimarães, do meu Estado. E o Agberto só foi o Agberto Guimarães porque um anjo da guarda, virou seu técnico e o adotou.

Eu treinei junto com Agberto. Um anjo da guarda, com olho clínico, percebeu o talento do menino, e levou praticamente para dentro de casa para ajudar a criá-lo, porque senão o Agberto não estaria aí.

Quantos Agbertos estão espalhados por este Brasil, sem o anjo da guarda?

Concluo, parabenizando a todos por, neste momento, nós podermos renovar nossas expectativas, nossas esperanças, nossas crenças de que é possível, é necessário, é imperioso fazer diferente, com transparência, gestão compartilhada, mudança no regramento legal, ampliação dos recursos.

Nós não podemos admitir que 2,7% — faço um apelo aos Deputados e às entidades, porque vamos precisar fazer o *lobby* nesta Casa porque vai ser difícil



mudar isso. Mas nós vamos enfrentar. Já há um pacto nesta Comissão do Esporte para enfrentar isso — dos recursos da loteria sejam destinados ao esporte e 5% de taxa de administração para a Caixa Econômica Federal, que é um banco público, para administrar isso! Ou seja, “o rabo abanando o cachorro”.

A atividade-fim tem quase a metade dos recursos que o banco tem como taxa de administração, um banco público, está errado, Deputado.

Nós temos que inverter isso, são 2,7% para taxa de administração da Caixa Econômica Federal e 5% para financiar o esporte no Brasil, para vermos se melhora um pouquinho.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado, Deputado Arnaldo Jordy.

Acho que há outra lista de inscritos circulando. Aqui, ainda vai longe.

Sei que o Deputado Arnaldo Jordy estava para concluir o seu pensamento e acabou excedendo um pouquinho o tempo.

Concedo a palavra para o Sr. Sami Arap Sobrinho, depois, será o Sr. Stefano.

Desculpe-me por lhe chamar de forma errada, Sr. Stefano.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Presidente, eu estava batendo aqui na mesa e assustei o amigo, só agora que eu vi que ele é o Presidente da Confederação de Taekwondo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Já foi citada a presença do Deputado Estadual Milton Campos, do Pará.

É uma satisfação tê-lo conosco.

Tem a palavra o Sr. Sami Arap Sobrinho, por 5 minutos.

O SR. SAMI ARAP SOBRINHO - Boa tarde a todos, senhoras e senhores, eu vou fazer um depoimento focado na minha área de *expertise*, eu sou advogado, sou ex-atleta de alto rendimento. Tive a honra de começar no colégio, cheguei às seleções brasileiras de base da minha modalidade, passei por uma universidade, eu me considero um ponto fora da curva, porque nós não temos um esporte escolar competitivo, como temos em outras nações com as quais competimos, não temos uma competição universitária decente, como existem em outros países com os quais



competimos; mas eu sou daquela época em que nos emocionávamos ao cantar o hino da seleção brasileira pelas cores do País.

Tive a honra de ser eleito em 2009 Presidente da Confederação Brasileira de Rugby na primeira gestão, deixei a entidade em 31 de dezembro e assumi um papel não administrativo de consultor, Presidente do Conselho Consultivo, para tão somente passar a experiência que eu acumulei nesses 7 anos de gestão.

A pauta que nos traz hoje é extremamente complexa, complicada e sensível notadamente por se tratar do esporte olímpico. Acho que temos que começar separando, e eu gostaria de chamar atenção para isso, o joio do trigo.

Primeiro, o ponto que deflagrou a suposta crise no COB foi uma questão individual do Sr. Carlos Arthur Nuzman. O Sr. Carlos Arthur Nuzman está sendo denunciado pelo Ministério Público Federal, ele tem advogados constituídos, amplo direito de defesa previsto na Constituição e será, eventualmente, julgado. Essa questão do Sr. Carlos Arthur Nuzman diz respeito a ele, não diz respeito à instituição centenária COB.

O Comitê Olímpico do Brasil tem que ser preservado, ele tem valores, riquezas acumuladas ao longo das décadas e dos anos. Existem, como foi falado em inúmeros depoimentos aqui, órgãos de controle, Controladoria-Geral da União, Procuradoria, Ministério Público Federal, as próprias denúncias anônimas podem ser usadas, e são usadas, delações premiadas, como temos visto hoje em inúmeras investigações.

Então, os órgãos de controle estão disponíveis para trabalhar, porém, nem tanto ao céu e nem tanto à terra. Eu não creio que seja justo, apropriado ou justificável simplesmente se tirar o pino da granada e explodir uma entidade como o Comitê Olímpico do Brasil.

Estamos neste momento num debate curto, como o próprio Presidente Paulo Wanderley ressaltou, um trabalho hercúleo feito por Organizações não Governamentais, por presidentes e membros de confederação, por atletas, por consultores. Eu me insiro nesse grupo em que temos certeza de que amanhã se toda a assembleia transcorrer, conforme o figurino, um estatuto brilhante, novo, será aprovado, adotando-se as melhores práticas de governança, de transparência, de



conformidade, só que para isso é preciso pessoas competentes, qualificadas, e é preciso recursos.

Tudo no Brasil custa dinheiro, no Brasil e em outros países com os quais competimos diretamente. Precisamos de segurança. Para quê? Para que o COB tenha e saia fortalecido — o COB instituição — com o novo estatuto. Não tenho dúvida de que a criação de um comitê de administração, com membros independentes de Comissão de Ética, de Comissão de Transparência, de um gerente independente de *compliance*, são ferramentas fundamentais para o fortalecimento da entidade. Tenho certeza que a eleição de novas pessoas estando os atletas plenamente representados, respeitado o que está na Carta Olímpica, porque não podemos simplesmente aplicar soberania na questão do Comitê Olímpico Brasileiro. Temos, sim, que nos subordinar à regra do Comitê Olímpico Internacional, que pouca gente presta atenção, sequer perde o tempo para ler ou investe tempo para ler, com recursos garantidos, com pessoas competentes e com o estatuto blindado, não tenho dúvida de que o esporte vai continuar crescendo. Sem dúvida, o que foi dito aqui, visão de para-brisa. Não vamos nos esquecer do retrovisor. Para o retrovisor, como ressaltai, existem as entidades de controle que trabalham, e trabalham arduamente, por um país melhor para criar melhores cidadãos. Vamos trabalhar juntos com um COB melhor, com uma entidade centenária melhor, respeitando a cor verde e amarela deste País.

Gostaria de finalizar dizendo que o futuro da entidade é um só: é a consequência da nova gestão. Não tenho dúvida de que um novo COB, com um pessoal competente, com ex-atletas, com pessoas na piscina, no cavalo, no salto, dentro de uma bola ovalada, como era a minha modalidade, vão saber o esporte com seriedade, com o Plano Plurianual, o que falamos aqui não planejar Tóquio 2020, mas planejar 2024, 2028, 2032, 2036, 2040. Por que esse plano plurianual não ser feito do ponto de vista de olimpismo em cima das crianças, aquelas que estão no colégio, as que estão no colégio e que sonham entrar na universidade e que chegarão às seleções brasileiras?

O futuro do COB é o futuro que será deliberado amanhã, ele se inicia amanhã e será consequência desta gestão.

Muito obrigado e desculpem pelo excesso do tempo. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado, Sr. Stefano Adolfo Prado Arnhold.

Com a palavra o Vice-Almirante Paulo Martino Zuccaro.

O SR. PAULO MARTINO ZUCCARO - Sr. Presidente, primeiro quero agradecer a oportunidade de poder estar aqui. Acho que para nós todos apaixonados por esporte é um grande prazer estarmos juntos.

Venho trazer duas palavrinhas que me parecem muito importantes: oportunidade e união.

Acho que estamos diante de uma grande oportunidade, da oportunidade de poder construir novas bases para o esporte como um todo — para o esporte olímpico, em particular —, com o novo COB que começa amanhã, com muito bem colocou o Sami. O estatuto que será aprovado amanhã, realmente, é um passo à frente muito grande.

Nós estudamos estatutos de muitos países do mundo, e eu posso lhes afirmar que é muito mais avançado do que a maioria dos que existem nos outros cento e tantos comitês olímpicos. Talvez ele não seja tão avançado como a gente gostaria, porque a própria Carta Olímpica não permite, como muito bem colocou novamente o Sami. Muitas pessoas não investem tempo de ler a 28.3. Então, façam-me um favor hoje. À tarde, vão para casa, olhem a 28.3 da Carta Olímpica e vejam as limitações que ela nos impõe — a 28.1 e a 28.2, no que tange à participação dos atletas. Então, nós também estamos limitados. Mas vamos deixar as limitações de lado, porque amanhã começa uma nova época, que nos traz uma tremenda oportunidade, e aí vem a minha segunda palavra, que é a união.

Nós aqui temos pontos de vista diferentes, mas todos nós temos uma coisa em comum: todos nós somos apaixonados por esportes, todos nós praticamos esporte — alguns ainda praticam. Eu continuo ainda representando o Brasil no esqui alpino — provavelmente muito mal, mas ainda continuo!

E com essa oportunidade, eu venho trazer um pedido a todos os senhores: que nos ajudem nesse processo de reconstrução, a partir de agora. Esta Casa pode nos ajudar muito, pode nos ajudar muitíssimo!

Então, eu lhes peço: por favor, não reduzam os recursos, por exemplo, para a parte de manutenção do esporte. Não reduzam para 10%. Façam uma conta: se



uma confederação recebe 2 milhões de reais, esses 10% seriam 200 mil reais. Dividam 200 mil reais por 12 meses do ano, e vamos chegar a 16 mil, ou a quase 17 mil reais. Como é que com 17 mil reais uma confederação poderia trabalhar a governança, a transparência, a integridade? É praticamente impossível pagar aluguel, pagar as contas, fazer a prestação de contas, fazer a contabilidade, contratar auditoria externa... Então, por favor, não façam essa redução. Por favor, não desconstruam o que existe. Construamos em cima dessa base o novo. Não vamos tirar dinheiro de uns para passar aos outros. Há muita gente que merece recurso, sem dúvida, mas vamos buscar fontes para esse recurso.

Foi brilhante a proposição de trocar o 5% por 2,7%! Ninguém em sã consciência pode concordar em não fazer essa troca. Então, não vamos desconstruir, por favor. Vamos nos ajudar a construir. Vamos dar um voto de confiança à gestão do Professor Paulo Wanderley por um novo COB. Todos nós, tenho certeza, somos absolutamente apaixonados pelo esporte.

Nós estamos num processo de mudança da governança, da integridade e da transparência de todas as entidades no Brasil, das entidades esportivas. Com a ajuda da sociedade civil, com a ajuda das atletas pelo Brasil — aqui muito bem representada pela Jaqueline Louise e pelos atletas —, com a ajuda da Sou do Esporte, que também nos ajudou a fazer os estatutos, com a ajuda do Instituto Ethos, com a força do Comitê Paralímpico Brasileiro e do Comitê Brasileiro de Clubes, que aqui foi muito citado pelo Minas e que nos ajuda nesse processo, e do Comitê Olímpico do Brasil.

Então, por favor, o meu pedido a todos vocês é que, de coração, nos deem um voto de confiança e nos ajudem a criar uma nova era no esporte olímpico e no esporte brasileiro.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - O Bebeto queria fazer uso da palavra?

Eu vou abrir uma exceção...

O SR. PAULO ROBETO DE FREITAS (Bebeto) - Não, é só para dizer que existem algumas coisas que se tornam até mitos.



Durante muito tempo, nós sempre ouvimos aqui no Brasil que a FIFA era maior que a nossa Constituição e que nós não podíamos entrar contra a FIFA.

O Flamengo teve um problema em 1987, foi contra a FIFA e a FIFA saiu fora! A NBA tampouco segue o regimento do Comitê Olímpico, ou o campeonato profissional de beisebol tampouco segue o mesmo regimento, e eles participam das Olimpíadas.

O esporte nos prova, tanto quanto na vida, que nada se faz sozinho. Nada se faz sozinho! Culpar aqui só o Nuzman é muito simples e muito fácil, porque ele foi pego pela polícia da França. Com as mesmas pessoas, seria mais ou menos a mesma coisa de trocar a governança do galinheiro trocando as raposas! Então, esse apoio às mudanças vai haver sempre. Agora, nós temos que ter certeza de que essas mudanças vão estar nas mãos das pessoas certas, e todas as evidências nos mostram que infelizmente não estão. Não sou eu que digo, isso público e quem quiser pode procurar no ESPN no espn.uol.com.br, pode procurar no UOL, ou pode procurar no Sportlight. Lá está tudo, tudo, tudo detalhado.

Então, quando eu digo que omissão é muito perto de conivência, é por aí... Eu quero sempre acreditar na omissão. Eu prefiro acreditar na omissão, mas a clareza só vai acontecer quando nós formos a fundo em tudo que aconteceu. Nós estamos falando de bilhões de reais. Nós estamos falando, como citou o Deputado aqui, de milhões de crianças brasileiras que ficam fora por falta de recurso. Isso é muito sério, isso não é uma coisa à toa. Isso não é querer dar confiança ao Paulo ou a quem quer que seja. Nós temos que estar atentos ao que aconteceu e a como aconteceu, porque continua acontecendo. Continua acontecendo!

Então, quem vive do esporte — como eu, há 40 anos e vivo dele! — sabe o que aconteceu lá atrás no voleibol, assim como todos do voleibol sabem o que aconteceu, e aconteceu a mesma coisa depois no Comitê Olímpico, e ninguém faz nada sozinho. Culpar o Nuzman aqui é muito fácil! É muito fácil, agora que ele está preso, em casa! Mas culpar cachorro morto não resolve! O que resolve é a gente ir fundo de tudo o que aconteceu! É isso que nós precisamos.

Obrigado, e desculpe... *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Passo a palavra agora ao Vice-Almirante Zuccaro. Depois, ao Robson Aguiar e ao Alípio Neto.



O SR. PAULO MARTINO ZUCCARO - Sr. Presidente, Deputado João Derly, saúdo V.Exa. pela iniciativa de realização desta audiência pública e todos os demais participantes desta mesa-redonda. A minha manifestação, Srs. Deputados, senhores presentes, é apenas para reforçar o compromisso das Forças Armadas de continuar apoiando o Movimento Olímpico Brasileiro.

Muitos aqui sabem que nós temos o Programa Atletas de Alto Rendimento nas Forças Armadas, que foi muito exitoso na Olimpíada Rio 2016. Demos uma contribuição relevante para o País. Na delegação brasileira tivemos 145 atletas militares, que ofertaram 13 das 19 medalhas conquistadas pelo País nessa Olimpíada. Se observarmos esse número, mais do que os números absolutos, verificaremos que os números relativos são ainda mais eloquentes, porque, se fizermos a conta de quantos atletas militares foram necessários para produzir uma medalha olímpica, nós vamos obter o número de aproximadamente 11 atletas, ou seja, cada medalha obtida no segmento militar foi produzida por 11 atletas. Esse é um número europeu, é um número japonês.

As estatísticas olímpicas mostram que a taxa de produção de medalhas é semelhante à da Alemanha e à do Japão. E não coincidentemente, se toda delegação brasileira na Olimpíada Rio 2016 tivesse mantido essa taxa de produção de medalhas, nós teríamos brigado pelo quinto ou sexto lugar justamente com a Alemanha e com o Japão. Então, queremos continuar dando a nossa contribuição para o País mediante o Programa Atletas de Alto Rendimento.

Eu faço questão de mencionar que o nosso programa não é adiabático, não é fechado em si mesmo, é um programa aberto, e o sucesso dele depende de outros órgãos, de várias entidades, dos clubes, de algumas confederações que são parceiras.

Nós gostaríamos de deixar bem claro que o nosso sucesso é o sucesso dos nossos parceiros, e vice-versa. Tenho por obrigação de destacar um parceiro especial, que é o Ministério do Esporte. O nosso programa não teria a mesma pujança não fosse essa parceria sólida que foi construída entre o Ministério da Defesa e o Ministério do Esporte.

Este é o momento especial para agradecer três pessoas aqui presentes: o Secretário Rogério Sampaio, Secretário Nacional de Alto Rendimento; o Dr.



Raimundo Neto, que estava próximo de nós, e o Sr. Luiz Lima, ex-Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento. Essa parceria ganhou todo esse vigor justamente com a participação dessas pessoas.

Então, sou muito grato e faço questão de dizer aqui que o sucesso do segmento militar é o sucesso dessas pessoas e também daquelas confederações que se aproximaram de nós, trazendo o aporte de bons atletas e fazendo parcerias também com os clubes, que são ainda uma das principais matrizes, senão a principal matriz do esporte de alto rendimento no Brasil.

Quero também reiterar ao Presidente Paulo Wanderley a disposição do desporto militar de continuar nesse novo ciclo que se abriu. Nós conversamos recentemente, e tive a oportunidade de falar com o senhor que nós estamos apoiando para esse ciclo, cujo planejamento já foi concluído, 34 modalidades olímpicas. Reiteramos a nossa disposição de fazer o alinhamento estratégico do desporto militar em relação ao planejamento estratégico do COB.

E, finalmente, reiteramos o que já foi falado aqui por outros participantes, particularmente os Deputados Hélio Leite e Arnaldo Jordy, a respeito da importância de trabalharmos a nossa base. O alto rendimento é a ponta de uma pirâmide, mas na base também estão os futuros talentos olímpicos do País.

Precisamos construir — e bem construídos — os caminhos dessa base para o alto rendimento, algo que modestamente, na minha visão, isso ainda não está bem construído no País.

Mas quero, efetivamente, reiterar a disponibilidade das Forças Armadas e do Ministério da Defesa de continuarem contribuindo para o esporte nacional.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Passo a palavra para o Sr. Robson Aguiar. Houve uma troca aqui com o Alípio e o Raimundo. Logo após a fala do Robson, falará o Sr. Raimundo.

O SR. ROBSON AGUIAR - Boa tarde a todos! Deputado João Derly, a CBDE agradece a oportunidade de participar desta audiência pública, em nome do desporto escolar. Cumprimento o Sr. Paulo Wanderley, Presidente do COB, os gestores do esporte escolar que estão aqui presentes e os presidentes de federações estaduais que estão nos assistindo ao vivo pela Internet.



Primeiro, parablenzo o Sr. Paulo Wanderley por estar aqui presente de peito aberto. Ele assumiu, há pouco mais de 1 mês, o COB. Foi eleito Vice-Presidente, mas, de repente, assumiu a Presidência do COB e já se pôs à disposição da Comissão de Esporte para levar várias demandas na sua gestão que assumiu de 1 mês para cá. Nós vemos, Paulo, que você, assim como fez na CBJ uma ótima gestão, está diferenciando o tratamento com as confederações. A CBDE mesmo já demorou várias vezes para conseguir uma audiência com a Presidência do COB, e você nos recebeu, prontamente, em menos de uma semana, dedicou-nos o seu tempo para discutir um pouco sobre o esporte escolar e a CBDE. Ficamos muito felizes com a nossa reunião.

E como disse o Secretário Nacional, Rogério Sampaio, nós acreditamos no compromisso assumido, porque, como diz ele, você é um homem de palavra e de compromisso. Nós acreditamos que o desporto escolar tem muito a ganhar na sua gestão pela forma como você entende o desporto escolar no Brasil, pela forma como você visualiza a CBDE como parceira. Nós apoiamos essa iniciativa, estamos ao seu lado nessa nova jornada e desejamos toda sorte do mundo a você.

Sabemos que não é fácil assumir o Comitê Olímpico depois de tantos problemas e com tantos problemas para serem resolvidos. Você terá um trabalho muito árduo, mas quero dizer que estamos de mãos amarradas a sua para que o Comitê Olímpico faça um bom trabalho e desenvolva o esporte de alto rendimento junto com as confederações.

Sabemos que as confederações — assim como a CBDE também se sente no direito de reclamar, já que o recurso passa pelo COB — têm muitas reclamações pelas formas um pouco autoritárias com que o COB demanda nas confederações. Mas eu acho que na sua gestão, com diálogo com as confederações, isso pode mudar.

Essas são as minhas palavras. Cumprimento também o Deputado Roberto Góes, todos os Deputados que estiveram aqui e todos os atletas olímpicos. Eu espero, Paulo, que você possa fazer uma boa gestão para os atletas do Brasil. Eu defendo o desporto escolar, mas torço pelos atletas brasileiros, porque nós torcemos por eles, através da televisão, o tempo todo.

Boa tarde a todos!



Muito obrigado.

O SR PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Passo a palavra para o Sr. Raimundo Neto.

O SR. RAIMUNDO NETO - Boa tarde a todos! Eu queria fazer algumas ponderações aqui, porque foram citadas algumas medidas mais gravosas, mais drásticas. Eu acho que temos que fazer algumas observações a respeito do trabalho que tem sido feito pelo Ministério do Esporte.

Desde que o Secretário assumiu, desde que estamos lá, mais ou menos há 7 meses, nós temos trabalhado incessantemente na questão de prestação de contas das entidades. Primeiro, nós sabemos que o cuidado com o recurso público é fundamental. Segundo, sabemos que, trabalhando na prestação de contas, estamos forçando as entidades a se profissionalizarem e melhorarem seu sistema de *accountability*.

Nós analisamos, nos últimos 6 meses, um quarto de todo nosso passivo de prestação de contas das confederações. Então, há um trabalho sendo feito com relação a isso. Não é verdade que esse passivo esteja parado no Ministério.

Houve também a citação de que haveria algum tipo de omissão por parte da cobrança de relatório sobre a descentralização desses recursos. Desde junho deste ano, com a chegada do Secretário, nós estamos cobrando incessantemente que o COB, o CBB ou o CBC apresentem os relatórios de descentralização para que possamos ter transparência da aplicação desses recursos. Nós sabemos que, durante algum tempo, pode ter havido omissão. Então, se houve alguma omissão, que seja apurada, mas não é verdade que isso acontece no atual momento dentro do Ministério.

Nós já levamos para apreciação do Conselho Nacional do Esporte a prestação de contas de descentralização do Comitê Brasileiro de Clubes, vamos levar a do Comitê Paralímpico Brasileiro na próxima reunião de sexta-feira, e esperamos levar muito em breve a do COB, porque entendemos que isso é um importante instrumento de controle social. O Conselho Nacional de Esporte vai poder saber quanto gasta cada entidade, por que motivos ela recebeu aquele recurso, como está o sistema de prestação de contas dela.



Existe um trabalho no Ministério. Entendemos que é fundamental essa questão de governança nas entidades. É o momento em que temos menos recursos disponíveis. Portanto, precisamos ter uma governança que permita o melhor gasto desse recurso.

O Ministério tem contado com a parceria de entidades da sociedade civil. Nós temos trabalhado junto, tanto com as confederações do esporte, que estão aqui presentes, quanto com os atletas pelo Brasil, porque entendemos a importância de ouvir a sociedade civil e os atletas nesse processo. Nós trabalhamos na construção de um manual, de um guia de *compliance*, de governança mínima que as entidades devam cumprir. Então, existe um trabalho que está sendo feito e que em breve ficará mais aparente, a partir do momento em que se tornar público tudo que está sendo feito.

Algumas proposições, como suspensão imediata ou intervenção nas instituições, nós temos que olhar com muita cautela. Primeiro, a intervenção numa instituição privada não tem previsão legal. Então, não adianta fazer proposições ou sugerir soluções mirabolantes que são impossíveis do ponto de vista legal, até porque não é só uma questão da Carta Olímpica prever autonomia das entidades. É uma questão da própria legislação brasileira não prever a intervenção do Estado em entidades privadas.

Com relação à questão da suspensão do recurso, se as entidades não cumprirem o que está sendo determinado pelo Ministério quanto à transparência de recurso e à própria certificação, que está sendo cobrada de todas as entidades, inclusive do COB, o fim disso será uma suspensão de recurso. Mas isso tem que ser feita de maneira muito responsável, porque, na ponta, não está o dirigente; na ponta está o atleta.

Se hoje os recursos forem suspensos de maneira imediata, quem vai ser prejudicado, principalmente, é quem está aguardando os recursos para treinamento, para viagens. Então, temos que cobrar a Lei Pelé. Apesar de estar há 20 anos em vigor, muitas coisas foram ignoradas ao longo desse tempo. A Lei precisa ser cumprida, e o Ministério vai trabalhar forte para isso.

Nós temos utilizado muito, como paradigma, os acórdãos do Tribunal de Contas, porque eles fazem às vezes um estudo que muitas vezes não temos



condições de fazer no dia a dia. Então, chega um trabalho para nós muito mais polido. E temos utilizado isso quando chamamos as confederações para conversar e exigimos algumas mudanças estatutárias.

Portanto, mais do que soluções drásticas ou mirabolantes, precisamos trabalhar em soluções que efetivamente atendam a legislação e não o colapso no sistema desportivo brasileiro. (*Palmas.*)

O SR PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Registro a presença do Deputado João Arruda, que solicitou a palavra.

Deixe-me concluir, Dr. Neto. Em algum outro momento o Ministério cobrou prestação de contas da aplicação da Lei Agnelo Piva, tanto da CBC quanto do Comitê Paralímpico ou do Comitê Olímpico?

O SR. RAIMUNDO NETO - Deputado, eu vou fazer aqui uma diferença entre prestação de contas, que é muito mais um trabalho do Tribunal de Contas da União, e relatório de atividades de descentralização e publicidade, como esses recursos são utilizados, o que efetivamente tem que ser apresentado pelo Ministério. Até a nossa gestão jamais havia sido solicitada a apresentação desse relatório. E nós condicionamos o recebimento desse recurso no ano que vem à apresentação desse relatório para apreciação pelo CNE, que é o órgão que vai aprovar ou não esse relatório de atividades quanto a descentralizações.

O SR PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado.

Com a palavra o Deputado João Arruda.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Primeiro, gostaria de cumprimentar V.Exa. pela iniciativa e todos os participantes aqui. Trata-se de um debate fundamental para o processo de construção de um país mais esportivo. É preciso dar continuidade ao que se inicia no esporte escolar. Eu entendo que nós precisamos fazer essa reflexão, porque tudo começa na base, tudo começa na escola.

A transição também precisa ser aprimorada, e eu entendo que a transição é o esporte universitário, é a competição universitária. O nosso País ainda está muito atrás de outros países, que têm como referência o esporte universitário, que é o caminho para o esporte profissional.



Mas, quando falamos em competição, em medalhas, e ficamos focados nos resultados, esquecemos que o esporte é uma ferramenta de formação do cidadão. Não é a obrigação de fazer competidores e vencedores, mas, sim, de formar cidadãos. É o papel que tem para o jovem na sua formação, na construção de uma boa coordenação motora, de viver em sociedade, enfim, todos os aspectos que ajudam a fazer com que esse jovem se torne um cidadão melhor.

Nós estamos vivendo um momento no País, Presidente, em que temos que ter cautela e muita coisa. Eu acho que a pressa, a velocidade das informações é inimiga da ética, é inimiga do equilíbrio e é inimiga da responsabilidade.

Neste momento nós estamos vivendo um período também de mudanças no Comitê Olímpico. Talvez pelas notícias que a gente receba e tenha através da grande imprensa muitos fiquem aqui assustados e desejem mudanças rápidas, mas isso pode ser um processo turbulento e ruim que traga resultados ainda piores para o que existe com relação ao Comitê Olímpico.

O Comitê já prepara um novo estatuto. Eu acredito que vai ser votado nos próximos dias nesse processo de mudança. Amanhã vai votar um novo estatuto. Aqui não desmereço o papel da Confederação Brasileira do Desporto Escolar — CBDE, mas nós podemos com esse novo estatuto, valorizando os bons quadros do Comitê Olímpico Brasileiro e o novo momento que nós vamos viver, que é um momento de transparência, um momento de realmente responsabilidade na prestação de contas e do que nós estamos vivendo através do esporte do nosso País, construir um novo modelo juntos com o Comitê Olímpico Brasileiro, com o CBDE, com o Ministério do Esporte, com o Governo Federal, com as escolas, com os professores, com os diretores para fazer do esporte escolar uma referência internacional aqui no nosso País.

Então, eu vim aqui, Presidente, eu, que não tenho participado ativamente, até peço desculpas, dessa discussão aqui nesta Comissão como membro da Comissão, como um apaixonado pelo esporte. Já fui Presidente da Frente Parlamentar de Apoio à Atividade Física para o Desenvolvimento Humano. Como paranaense também aqui, estou lado de paranaenses como Edgar Hubner, que é um quadro do Comitê Olímpico Brasileiro e orgulho para todos nós. E também temos no Paraná



confederações importantes, como a de canoagem, por exemplo, do Tomasini, que está aqui.

Se existem problemas no Comitê Olímpico Brasileiro, a gente não pode generalizar, como na política, por exemplo, a gente não pode generalizar, tomar isso como regra. O que nós precisamos é de cautela, equilíbrio e responsabilidade para a construção desse processo de transição. Se lá na frente nós entendermos que isso tem que ficar sob a responsabilidade da CBDE, tudo bem. A gente chegou a essa conclusão, mas nada com muita pressa.

Respeitando o novo estatuto, respeitando posições tomadas por quadros, confederações, fazendo um debate mais amplo, eu tenho certeza que nós encontraremos as melhores soluções para o esporte escolar e para os investimentos no esporte escolar no Brasil, que precisam realmente de uma atenção especial por parte do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados na valorização do professor de educação física, na valorização dos educadores, porque, quando a gente analisa modelos de prática esportiva e o sucesso em relação a medalhas buscadas, um modelo como o cubano, por exemplo, em que se concentra nos esportes, nas modalidades do esporte e nas modalidades individuais para se buscar medalhas, quando se analisa o modelo americano... Eu sou a favor do modelo americano, em que o processo é natural, começa na base.

E o nosso País com o nosso tamanho, eu sei que em cada Olimpíada, em cada competição internacional a gente fica lá na expectativa e vem a pergunta: *“Por que o Brasil, do tamanho que é, fica atrás?”* Exatamente porque nós não temos uma atuação conjunta de diversos setores da sociedade na vida do esporte escolar. Não é a só a prática lá na escola, é o envolvimento da sociedade como um todo.

Então, nesse processo, sem que nós nos antecipemos, com muita cautela, eu me coloco à disposição de V.Exa., assim como eu entendo que outros Deputados também queiram participar desta discussão. E agora é o momento para que nós esperemos a decisão do novo Estatuto do COB, que seja dado um voto de confiança para essa nova direção do Comitê Olímpico Brasileiro, essas pessoas que fazem parte de Confederações importantes, para que, futuramente, nós tomemos uma decisão mais adequada em parceria com a CBDE e com outras entidades também que queiram se envolver, participar e contribuir para esse processo de base.



Por fim, quero dizer que a base tem que ser valorizada. Futuramente — daí não cabe aqui a este grupo de debate e discussão, talvez ao Comitê Olímpico sim, mas não àqueles que talvez estejam interessados aqui no esporte escolar especificamente — que nós façamos o mesmo debate com o esporte universitário, que, na minha opinião, precisa ser valorizado, porque há transição entre o esporte amador e o esporte profissional e, por consequência, na atuação do nosso País na busca de medalhas e no sucesso nos resultados.

Muito obrigado, Presidente. Era isso que eu tinha a dizer.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Sr. Alípio Dias dos Santos Neto e, em seguida, aos inscritos: Adriana Behar e Fabiana Bentes.

O SR. ALÍPIO DIAS DOS SANTOS NETO - Boa tarde a todos! Gostaria de cumprimentar o Deputado João Derly e agradecer pelo convite mais uma vez para podermos participar da discussão do esporte brasileiro nesta Casa, principalmente deste tema que é palpitante em relação às necessidades da sociedade brasileira.

Sempre que eu começo uma fala como esta, eu digo que, antes de tudo isso, nós deveríamos ter discutido e aprovado um Plano Nacional do Esporte. Nós estamos falando de um dos desdobramentos do esporte, que é o esporte de alto rendimento, e até o momento nós não temos um Plano, a concatenação de toda essa cadeia que leva ao esporte de alto rendimento.

Devido ao trabalho mais voltado para a formação dos clubes, os atletas conseguem chegar a esse ponto. Mas como já foi dito aqui por vários expositores, a cadeia começaria na escola — passando por todo o esporte de base e também pelo esporte de participação, para que as pessoas consigam manter a sua saúde fazendo atividade física — até, como consequência disso, chegarmos aos atletas no esporte de alto rendimento.

A nossa legislação buscou contemplar e dar sustentabilidade exclusivamente ao esporte de alto rendimento, tirando essa cadeia toda do debate. O Ministério do Esporte é o grande fomentador, tem que ser o grande fomentador de todas essas discussões com relação à sua incumbência constitucional e, como consequência,



contemplar o esporte de alto rendimento, mas o que nós vemos hoje é essa pirâmide invertida.

Discutimos bastante sobre o esporte de alto rendimento, os recursos que vão para o esporte de alto rendimento, e não conseguimos formar realmente um Sistema Nacional do Desporto que seja sustentável. Em relação a isso, nesse sistema, os recursos são quase que totalmente provenientes de recursos públicos, tanto da Lei Agnelo/Piva, que injeta recursos financeiros diretamente no COB e nas confederações, quanto pelas outras formas de financiamento, convênios, Lei de Incentivo ao Esporte. Na Lei de Incentivo ao Esporte, por exemplo, o maior fluxo de recursos também vai para o esporte de alto rendimento.

Por haver esse fluxo, são necessários todos aqueles pilares que temos em relação ao trato do recurso público na sua aplicação. E hoje, como já foi dito aqui, o COB age como um Ministério, ele é o Ministério do Esporte em relação ao esporte de alto rendimento. Ele tem, vamos dizer assim, o poder de distribuir esses recursos, de acordo com critérios que, há muito tempo, o TCU vem pedindo para que sejam mais claros e específicos. Nesse contexto, isso também é muito difícil, sendo um dos participantes, com o formato que existe hoje, e eu espero que o novo estatuto tire um pouco disso, dessa correlação que existe entre os atores que votam e elegem o Presidente do COB e essa distribuição de recursos. Esse é um ponto crucial, mas no qual eu acho que podemos avançar. Vamos ver, com o andamento da gestão, o que vai acontecer, e o TCU vai procurar fazer o seu papel fiscalizador.

Um ponto que achamos que é totalmente importante nesse contexto é a transparência de todos os recursos públicos que são administrados pelo COB e pelas entidades que vão receber esse dinheiro.

Recentemente, o Ismar, nosso Secretário, participou de um evento do Atletas pelo Brasil, se não me engano, em São Paulo, e lá ele apresentou um eslaide que mostrava a transparência dos recursos públicos, em relação aos *sites* de divulgação das entidades que recebem esse recurso. E nós vimos que, para qualquer cidadão, qualquer atleta que participa daquela modalidade, conseguir fiscalizar o que se encontra ali é muito difícil. Não existem informações detalhadas sobre como é aplicado esse recurso. Nem no *site* do próprio COB isso é detalhado de forma que as pessoas possam saber quem está sendo contratado, qual o CNPJ da empresa,



para que aqueles que têm interesse no assunto — no caso, aquelas pessoas que estão mais voltadas para os atletas — consigam verificar qual é o caminho desse dinheiro dentro dessa instituição, como ele é aplicado, de fato. Muitas vezes, nós vemos que um atleta faz uma solicitação para participar de algum evento, e isso é negado. Depois, vemos que um dirigente está lá acompanhando alguma delegação, e um atleta que queria participar ficou de fora disso. Então, esse é um dos pontos.

Outro ponto é a prestação de contas. Ela não deve ser uma prestação de contas simplesmente formal. Tudo o que está ali tem que ser realmente analisado. É preciso que seja verificado se houve, por exemplo, alguma aplicação de recurso que não tenha passado por todos aqueles critérios que a legislação obriga — os princípios da administração pública, o não favorecimento de determinados segmentos ou daqueles que são mais próximos. Isso tudo tem que ser analisado nas prestações de contas.

Para finalizar, a questão da verificação de inadimplência. Tem que haver também algum tipo de relação entre o Ministério do Esporte e o Comitê Olímpico do Brasil para que as entidades que estejam inadimplentes perante o Ministério, em relação aos recursos de convênios e recursos da Lei de Incentivo ao Esporte, não tenham a possibilidade de acessar outros recursos.

Então, essa questão da prestação de contas tem que ser muito mais debatida para chegar a um ponto em que isso realmente flua de forma natural para dar transparência à execução desse recurso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado, Dr. Alípio.

Com a palavra a Sra. Adriana Behar.

A SRA. ADRIANA BEHAR - Deputado João Derly, cumprimento V.Exa. e cumprimento todos aqui da Comissão.

Muito foi falado sobre a Política Nacional do Esporte, que ainda está em desenvolvimento; da importância dos clubes e das associações como o programa de desenvolvimento de atletas de base e também de alto rendimento; do novo estatuto do COB.

Seguindo a linha do Presidente Paulo Wanderley, em relação à transparência e ao mérito, eu trago aqui algumas ações e programas principalmente voltados para



a área técnica esportiva do COB, que vêm se desenvolvendo e têm ainda grandes possibilidades, obviamente dentro da liderança do Paulo Wanderley, de continuar com esses investimentos.

Então, o próprio Paulo Wanderley falou do IOB — Instituto Olímpico Brasileiro —, que funciona desde 2009 e já formou mais de 150 técnicos através da Academia Brasileira de Treinadores; já capacitou em seis edições do CAGE — Curso Avançado de Gestão Esportiva — não só funcionários vinculados ao COB e às Confederações mas também tivemos participação de militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, de funcionários de clubes e do próprio Ministério do Esporte. Então, é um curso amplo que atende toda a comunidade do esporte, principalmente o Programa de Carreira do Atleta. Eu participei desse programa e vários outros atletas participaram desse problema, que é um *coaching* que fornece uma orientação para atletas buscarem novas possibilidades de trabalho dentro do mercado na pós-carreira.

Nesse momento, estão acontecendo os Jogos Escolares da Juventude, aqui em Brasília. Acho que é uma boa oportunidade para todos que estão aqui nesta sala, nesta Comissão entenderem como funciona a qualidade de entrega desses jogos que, como o Paulo Wanderley falou, reúne mais de 3 mil atletas em cada edição. São duas edições por ano, de 12 a 14 anos e 15 a 17 anos.

Dentre esses atletas olímpicos que trabalham hoje no COB, o Sebastian Pereira, que está ali, é responsável pelo Projeto de Identificação e Confirmação de Talentos no Atletismo. Acho que este é um fórum importante para ser trazido para esta Casa também — acredito que não hoje —, para que seja apresentado esse trabalho que vem sendo desenvolvido pela área do Sebastian, pelo Comitê Olímpico do Brasil em parceria com academias, com universidades, com professores, justamente para criar um plano de desenvolvimento, um plano de detecção de talentos, para que tenhamos melhores possibilidades de identificar novos talentos para as modalidades esportivas.

Na questão do alto rendimento, o COB foca basicamente em cinco pilares importantes: a contratação de técnicos brasileiros — técnicos brasileiros e técnicos estrangeiros —, entendendo a possibilidade de melhoria da qualidade técnica esportiva das modalidades; investimento em equipamento esportivo, porque se



entende também que sem equipamento esportivo fica difícil competir com os outros países; participação em competições internacionais, porque é onde o atleta e a equipe têm o seu salto de qualidade dentro do ambiente internacional; tecnologia de ponta — hoje todos sabemos que o alto rendimento precisa de investimento em tecnologia, para poder competir, obviamente, de igual para igual com os outros países — e equipe multidisciplinar. São todos profissionais que participam do dia a dia do atleta. E até esses profissionais participam de encontros periódicos no COB, de todas as modalidades, justamente para a transferência de conhecimento e, obviamente, investimento em linhas de ações específicas.

Além disso, fazemos também os encontros de técnicos formadores. O Luiz Lima, quando Secretário de Alto Rendimento, teve a oportunidade de participar, no COB, de um desses encontros, para os quais trazemos as confederações brasileiras, e cada uma apresenta o seu plano de desenvolvimento. Então, não se pensa só em alto rendimento, mas confederações e modalidades de esporte que talvez não tenham possibilidades reais de buscar resultados nos Jogos Olímpicos de Tóquio podem apresentar os seus planos de desenvolvimento, e, aí, sim, nós podemos trabalhar também em parceria com as confederações para identificar quem são esses atletas, quem são esses profissionais e oferecer uma estrutura melhor nesse desenvolvimento.

No que se refere ao mérito, apresentamos este ano os critérios da Lei Agnelo/Piva de repasse de verba. Foram apresentados onze critérios. Dentre os onze critérios, dez são esportivos e um é de prestação de contas. Esses critérios foram apresentados para esta Casa, para a Comissão do Esporte da Câmara, e para o Ministério do Esporte. Todos esses critérios são embasados em ciclos olímpicos, em campeonatos mundiais e resultados de equipes e atletas.

Além disso, toda verba que é repassada para as confederações é repassada por meio de projetos. Então, nenhuma verba é repassada para as confederações somente por repasse. Esses projetos estão incluídos em um plano de trabalho, em que cada confederação apresenta seus objetivos estratégicos, dá peso a esses objetivos, e é feita a priorização desses projetos dentro de um orçamento previsto para cada entidade.



Então, eu só queria trazer para todos vocês o trabalho que é feito dentro da área esportiva do Comitê Olímpico Brasileiro, não só no alto rendimento, como também no trabalho de base e no repasse de verba, em parceria com as confederações brasileiras.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - A próxima oradora é a Fabiana Bentes. O Presidente Paulo Wanderley vai ter que pegar um voo e, infelizmente, vai ter que sair. Então, vamos aproveitar o momento e fazer algumas perguntas para o Presidente. Ele fará suas considerações finais e responderá algumas perguntas que foram feitas.

Acho que seria importante dizer se já temos alguma ideia das mudanças estatutárias, não sei se já é possível adiantar alguma coisa para nós, se vai ser adequado o art. 18-A da Lei Pelé, que foi um importante instrumento de transparência, votado em... Em que ano foi votado o 18-A? Em 2015.

E poderia falar também sobre as atribuições do Comitê Olímpico, se é atribuição do Comitê Olímpico participar de tantas coisas, ter envolvimento... Há algumas coisas que nem o Presidente, como ele acabou de dizer, sabia que o Comitê acabava executando. O senhor poderia falar um pouquinho sobre isso e sobre a valorização dos clubes, se há necessidade de inseri-los no colégio eleitoral, para torná-lo mais paritário e empoderar um pouco mais os clubes. Eu não sei se entendi muito bem o que o Carlos Henrique trouxe para nós.

Dessa valorização, o que seria especificamente? Questiono para poder entender um pouquinho melhor qual é a ideia dos clubes, porque hoje já há a CBC, que, teoricamente, contribui com os clubes. Gostaria que você fosse mais sucinto, Carlos Henrique, para entendermos um pouquinho mais.

O SR. CARLOS HENRIQUE MARTINS TEIXEIRA - Deputado João Derly, uma reivindicação dos clubes é a sua inserção no colégio eleitoral. Como eu disse, eu tomei o cuidado de ver que há previsão de dois membros independentes, mas há uma regulamentação específica que determina que os clubes formadores não podem se inserir. Ou seja, esses dois membros independentes deveriam ser membros da sociedade sem nenhuma vinculação com entidades de prática desportiva.



Então, os clubes formadores, como partícipes... Ou seja, é um fato real e incontestável que o esporte, tanto o de base, quanto o de alto rendimento, é desenvolvido dentro dos clubes. E, no nosso modesto entendimento, relegar esse fato notório é relegar o óbvio. Então, gostaríamos que fôssemos inseridos no colégio eleitoral para que possamos assim levar nossa contribuição.

A CBC é base, o COB é ponta. Já foi debatido o que é CBC e o que é COB. Isso já foi debatido de antanho. Eu acho que hoje, no entendimento moderno, como eu acredito que seja o desiderato do Prof. Paulo Wanderley, é a inserção dos clubes no colégio eleitoral.

O SR. GUSTAVO RIBEIRO TORRES - Sou Gustavo Torres, do Grêmio Náutico União.

Assim como o Minas, somos um clube formador, e essa formação acaba levando os atletas tanto para os jogos escolares, como para as Forças Armadas, como para as Olimpíadas. Ou seja, nós nos dedicamos e fazemos isso com muita paixão.

Quando se fala em participação, eu trago aqui... O Luís Lima inclusive mandou uma mensagem muito bonita na ocasião. Nós estamos discutindo aqui o problema da Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos. Foi feita uma eleição e, naquele momento da eleição, foi aberta a oportunidade para que os clubes também pudessem participar.

O que o Grêmio Náutico União fez? Nós levamos, especificamente para a nossos atletas da natação, o que estava acontecendo. Demos a eles a oportunidade para que se manifestassem. Levamos o voto do clube, e lá estavam representados os dez maiores clubes do Brasil, que são responsáveis pelos esportes aquáticos olímpicos. Eles estavam lá e tiveram a oportunidade de votar.

Eu acho que basicamente é isso. Os clubes, como formadores e como patrocinadores do esporte, muitas vezes, é claro, com o apoio de todos os órgãos aqui envolvidos, devem ter voz. Que tenhamos a possibilidade de expressar também o nosso contexto, que é importante e relevante para esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Gustavo, depois você vai ter seu tempo para falar. É só para adiantar e ajudar aqui.

O SR. GUSTAVO PINHEIRO TORRES - O.k. Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Nós temos uma pergunta também do e-Democracia para Comitê Olímpico. Eu não sei se faço agora. O senhor já quer responder às perguntas e depois eu faço? (*Pausa.*) Depois, eu faço a leitura então.

O SR. PAULO WANDERLEY - Eu prefiro fazer a resposta em cima, porque eu fiz um tratado. Na verdade, há muitas sugestões boas, excelentes comentários. Eu estou positivamente surpreso com essa reunião. Gostei muito. Estou vindo de outro evento e daqui a pouco estou saindo, porque amanhã de manhã tenho assembleia geral do COB, que é importante, e tenho que me preparar também. Assim como os atletas se preparam para uma competição, os dirigentes têm que se preparar para as reuniões.

Surgiu a oportunidade de voltar a falar. Quero agradecer a todos vocês que fizeram as suas manifestações, de qualquer ordem. Não me senti ofendido, de forma alguma. Estou agradecido, aprendi muito e vamos tentar pôr em prática.

Com relação à questão dos clubes, eu quero dizer o seguinte. A abertura que nós estamos dando dentro do Comitê Olímpico vai envolver o Comitê Olímpico do Brasil, o Comitê Paralímpico Brasileiro, a Confederação Brasileira de Clubes, a FENACLUBES, a Confederação Brasileira do Desporto Escolar — CBDE, a Confederação Brasileira do Desporto Universitário — CBDU e a CDNB também. Todos esses, que antes atuávamos de forma segmentada, estávamos fazendo a mesma coisa. Nós queremos sempre o mesmo objetivo, mas estávamos muito segmentados. Então, todo esse segmento organizado fará parte de diálogos com o Comitê Olímpico, eles conosco ou nós com eles, para atingir o mesmo objetivo que queremos. Todos nós queremos de formas diferentes atingir o mesmo objetivo.

Eu acho o seguinte. Com relação aos clubes, Carlos Henrique, meu grande amigo, nesse momento e nessa etapa que nós estamos, não dá para rediscutir esse assunto, porque trabalhamos 42 dias exaustivamente nessa situação. Você pode me dizer que não foi convidado e realmente não foi, mas não dá para inserirmos agora. Ontem, foi feriado no Rio, em algumas capitais. O nosso pessoal estava trabalhando normalmente. A Dra. Ana Paula com a sua equipe estava refazendo, mudando, ajustando e formatando. Não dá para simplesmente falar que tem que formatar, pois há a questão legal, o entendimento da ordem. Então, dessa vez, eu falo com



franqueza, não deixo para depois: não dá. Vamos pensar? Vamos pensar sim. Não tem problema nenhum nós pensarmos, mas agora com franqueza da minha parte, até porque não sou eu quem decido, quem vai decidir é a assembleia. Eu digo para vocês: eu não participei de nenhuma reunião da elaboração desse projeto. Eu só chegava, fazia abertura e saía. No final, se eu estivesse ainda no Comitê Olímpico, ou se estivesse Comitê Olímpico livre, eu ia lá dava um muito obrigado para eles e pronto. Quem tocou foi a Comissão assessorada por pessoas, os convidados. A Fabiana Bentes, o Raí e o pessoal do Comitê Olímpico com uma estrutura de apoio, os advogados especializados em legislação esportiva, participaram. O Vladimir, não sei se ele está aqui ainda, e o Luciano (*ininteligível*) participaram. Agora, incluir só por incluir? Vamos debater, vamos discutir, tem que consultar os pares, como é que é feito no exterior, como é que feito nos outros comitês olímpicos. Há muita gente querendo participar e eu acho bom isso, mas nem todo mundo deve ou pode participar. Eu não sei, eu posso até estar falando uma bobagem aqui, mas, no Conselho Regional de Medicina, as pessoas têm a ver com o Conselho Regional de Medicina. Da OAB participam os seus advogados. Enfim, é classe mesmo, é organismo de direção mesmo. Esses que estão no nosso entorno atuam como colaboradores e nós vamos escutar. Estou aberto à diálogo e à conversação.

Então, dessa forma eu quero responder à sua pergunta, à sua observação. Alguém perguntou.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PAULO WANDERLEY - Os clubes não têm colégio eleitoral no Comitê Olímpico hoje, mas tem nas confederações.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Essa é a grande dúvida. Também já debatemos aqui a própria questão da CBF. Chegou um momento em que todo mundo queria ter direito a voto, mas existe uma confederação, existem as federações e existem os seus filiados. Então, tem que ter hierarquia. Não dá para todo mundo ter... Acho que vai chegar o momento certo de mudança, mas não dá para atropelar.

O SR. PAULO WANDERLEY - Passo a passo, gente. Vamos devagar. Nós vamos fazer. Nós vamos melhorar. Podem ter certeza.



O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Porque senão não vai ter sentido as federações dos Estados, a confederação perde a sua função.

O SR. PAULO WANDERLEY - Deputado, há outra coisa também. O estatuto que será avaliado amanhã, para aprovação ou não, prevê que em 2 anos será revisado. Não sou eu que estou dizendo não. Está previsto e assegurado esse direito. Então, se chegar ao momento em que certa coisa não deu certo, corta fora. O Bebeto, o Luiz Lima e o nosso Alípio fizeram uma sugestão, então vamos avaliar agora, dá para encarar, vamos fazer, e vai ser feito. Tem que deixar a coisa fluir primeiro. Nós vamos acertar através dos erros e dos acertos. Às vezes, nós estamos com uma ideia maravilhosa e não vai funcionar, e, pelo contrário, uma ideia ruim vai funcionar. Vamos dar tempo. Então, é dessa forma que eu queria responder.

Com relação ao estatuto em si, que você perguntou também, eu vou deixar para Dra. Ana Paula responder, que foi a servidora dessa discussão, para ela colocar alguns pontos que foram feitos de mudanças, de inovações e etc.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Presidente, eu não sei se a Adriana pode de repente nos responder sobre as atribuições do Comitê Olímpico, se o Comitê Olímpico acha justo toda a atividade, ou se a Ana Paula pode fazer essa...

A SRA. ANA PAULA TERRA - Lógico. Boa tarde a todos. Como o Presidente Paulo atestou, desde o início da reunião, desde o dia 11 de outubro foi formada uma comissão constituinte que deu corpo a esse estatuto. A ideia era que essa comissão fosse formada por três confederações escolhidas em assembleia reunida no próprio dia 11, quando se afiançou a condição de fato e de direito do Presidente Paulo como dirigente do Comitê Olímpico do Brasil. Essa constituinte participou de cerca de 5 reuniões, houve *e-mails*, mensagens e outras formas de comunicação possíveis com a colaboração de outras confederações e de outros especialistas trazidos pela abertura proposta pelo Presidente Paulo, pela nova gestão. Todo esse material, a legislação brasileira, as recomendações dos acórdãos do Tribunal de Contas, do Ministério do Esporte, que também tem estado próximo, justamente para equalizar essa questão dos artigos 18 e 18-A da Lei nº 9.615, e o trabalho do jurídico interno do Comitê, auxiliando essa comissão, foram para adequar toda essa estrutura na forma de um estatuto que fosse viável e aprovável pelo Comitê Olímpico Internacional, além de adequado à legislação brasileira.



Posso afiançar que amanhã o projeto que vai ser apresentado, e esperamos seja aprovado em plenário, traz abertura para o colégio eleitoral do COB e intensifica a participação de atletas. Já existia a participação de atletas em um número que nós considerávamos reduzidos. Se a assembleia apoiar isso amanhã, um terço desse número de votantes passará a ser, se aprovado for, de atletas. Os membros do COI terão seus direitos adequados ao estatuto e à Carta Olímpica assegurados nesse projeto. A formação de comissões que auxiliem nesses controles internos, nessa formação da nova estrutura de governança do COB, está escrita no estatuto do COB. O estatuto do COB, além de se adequar a essa realidade da Carta Olímpica, como qualquer comitê olímpico nacional deve se adequar à carta olímpica, traz ainda as adequações que existem desde a sua fundação. Então, as atividades lá descritas se coadunam com a realidade proposta pelo COB. Institucionalmente o COB já estava descrito nesse estatuto, e o estatuto foi modernizado. A ideia é que amanhã esse projeto traga essa modernização e os anseios desses novos tempos. A necessidade de abertura já era visível e amanhã vai se intensificar com a aprovação do projeto de forma integral, e a ideia é que, aprovado esse estatuto e enviado ao Comitê Olímpico Internacional, os senhores também terão acesso no *site* Comitê Olímpico do Brasil e poderão afiançar um pouco dessas mudanças que estamos trazendo aqui.

O Deputado pergunta se as atividades são adequadas. Na minha opinião, são, sim, adequadas à legislação e às ideias iniciais dos fundadores do Comitê Olímpico. O Comitê Olímpico Nacional presta os serviços e realiza as atividades descritas hoje no estatuto do COB. Não vejo incoerência entre nenhuma dessas funções, ainda que faça sentido a discussão de base, de formação de atletas e da participação de outros atores do cenário esportivo, como descritos na Lei nº 9.615.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Ana Paula, eu tentei falar sobre a descentralização dos recursos. Nós temos um projeto que trata disso. Foi no passado, nós analisamos e há 48% para gestão do Comitê Olímpico. Há inteligência e uma porção de coisas. Pergunto se esses 48% são função do Comitê Olímpico fazer ou se deve descentralizar esses recursos. Essa é a pergunta. É a opinião de vocês. Não quero apertar ninguém. Não quero fazer aqui caça às bruxas, pelo contrário. Eu quero ajudar a construir. E a perguntar é se o Comitê Olímpico tem



esse dever. Acho que há algumas importantes ações que já estão acontecendo. Não tenha dúvida disso, mas se é missão do Comitê Olímpico ter o cuidado de tantas coisas.

A SRA. ANA PAULA TERRA - Eu entendo que hoje o percentual na Lei Piva é o mais adequado, se estivermos tentando fazer um olhar para o futuro. O percentual hoje lá existente nos auxilia, tanto tratar das atividades internas do Comitê, como auxiliar as confederações nessa busca por melhorias da sua estrutura de governança. Hoje, a lei nos faculta repassar os recursos. Se verificarem o texto da Lei nº 9.615, ela diz que é uma faculdade do COB. Ele poderia gastar, por exemplo, centralizadamente, como se diz, na linguagem da legislação, ou descentralizadamente, como alguns dos senhores aqui citaram, através de convênios para essas nossas filiadas. Reputo que, sim, é papel do Comitê, pela legislação, do modo como está estruturado hoje, mas principalmente pela sua vocação de também orientar novas estruturas de governança para suas filiadas.

Se o Comitê orienta amanhã a mudança que vai ser orientada, ainda que não seja óbvio para as outras estruturas de governança que formam o sistema nacional esportivo do Brasil, elas de forma indireta, sem sombra de dúvida, vão acabar equalizando essas confederações a também realizarem modificações no mesmo sentido. É uma opinião muito particular, mas eu entendo que, sim, as atividades e os percentuais estão adequados.

A questão das despesas administrativas talvez merecesse um cuidado mais adequado, na minha opinião. Há projetos de lei também nesta Casa Legislativa que tratam do tema. A temática é importante. Hoje se falarmos de controle e de estrutura de governanças, precisamos falar do custeio de gastos de despesas administrativas. Como melhorar esses controles? Esses comitês de assessoramento como vão funcionar, se não tivermos uma base adequada? E não dá para fazer isso de forma diferente, a não ser pensando nos recursos investidos em prol dessa melhoria de estrutura de governança. Controles existem, mas eles precisam ser intensificados. Cada uma dessas casas novas que criamos nos estatutos, cada uma dessas estruturas criadas, vai precisar de atividades. Isso não significa maiores gastos acima do normal ou acima do limite permitido, de forma alguma. O Presidente Paulo vem dizendo, desde os primeiros encontros, que austeridade é uma das palavras.



Assim a comissão constituinte que idealizou esse estatuto vem se embasando, não aumentar os custos, mas, sim, intensificar os controles. Essa é a ideia, a ideia de que o Comitê seja espelho para as suas confederações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado, Ana Paula. Pode fazer a pergunta, Presidente.

O SR. PAULO WANDERLEY - Chegou um questionamento do Henrique Rochel, advogado e Presidente da Associação Brasileira de Esgrimistas. *“Quais serão as medidas que o COB tomará em relação às confederações que descumpriram a Lei Piva ou os convênios estabelecidos com o Ministério do Esporte?”*

O rigor da lei. Não há outra alternativa. Cumprir a lei, só isso.

Bom, senhores, eu vou com pesar realmente me ausentar. Eu tenho que me preparar para a reunião de amanhã. Eu só deixo uma mensagem aqui para vocês. Eu escrevi isso aqui para não falhar. Eu estarei trabalhando no Comitê Olímpico do Brasil, de segunda a sexta-feira, das 8 horas às 18 horas, em alguns momentos avançando, e nos finais de semana através do Whatsapp. Sabem como é que é, se escrevem domingo de manhã, tem que me responder, ou se sábado de tarde, tem que me responder, até que a legislação em vigor consinta ou não. Essa é a minha última palavra. (*Palmas.*)

Peço permissão ao Deputado. Muito obrigado a todos pela presença. Deputado João Derly, meu secretário Ricardo Sampaio. Olhem só, não é confraria não, judô, judô e judô, e tem um judô ali no cantinho também. Não sei, pode ser coincidência que o esporte está trabalhando direitinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado, Presidente.

Carlos Henrique, vou seguir a lista, porque senão nós vamos monopolizar o nosso debate. Depois, eu abro no final para poder fazer mais uma consideração. O Marco também tem que se despedir. Infelizmente, tem voo no mesmo horário. Passo a palavra à Fabiana. Depois, eu vou fazer as perguntas do e- Democracia, pois temos algumas outras.

A SRA. FABIANA BENTES - Boa tarde a todos. Obrigada pelo convite. Obrigada, Presidente, pelo convite de participar da Comissão. (*ininteligível*), Ana Paula e todo mundo. Eu venho aqui representar os atletas que não chegaram a



medalhar. Eu fui uma delas. Eu fui remadora por 5 anos pelo Flamengo e, no momento de chegar à opção de dar continuidade na carreira de atleta, eu desisti, pela gestão do remo brasileiro. Então, obviamente essa relação que eu tenho com esporte é puramente de amor. Eu não fui atleta de alto rendimento por essa razão, mas me formei, sou pós-graduada, tenho MBA e resolvi trabalhar com esporte pela gestão, pela melhoria dele. Eu venho com a minha equipe, desde 2015, trabalhando a questão da governança nas entidades esportivas e observei uma série de comentários que escutei aqui e gostaria de ressaltar.

A primeira questão é que a governança e a transparência são obrigações, não deveriam ser motivo de debate. A eficiência na gestão de recursos públicos também é uma obrigação e não é motivo de debate. O que estamos falando aqui são de coisas óbvias. As entidades, os dirigentes de confederações e de federações precisam entender que aqui ninguém está pedindo nenhum favor. Aqui é uma questão de obrigação. Na questão dos clubes, obviamente nós temos uma questão muito interessante que fala que a CBF não usa recurso público, mas o futebol usa recurso público. Nós tivemos um perdão da dívida dos clubes de 579 milhões de reais. Então, existe aí dinheiro público envolvido no futebol e obviamente patrocínio da Caixa e obviamente que isso reverbera no sucesso da CBF.

Outra coisa que tem também em relação aos clubes participarem do Comitê Olímpico Brasileiro, nós temos que entender que são muitas modalidades. E se esses clubes têm todas as modalidades, esses, sim, podem garantir uma vaga no Comitê Olímpico Brasileiro. Acho que no máximo são dez ou doze clubes. Os clubes que não têm representação em todas as modalidades não devem participar do Comitê Olímpico Brasileiro. Eles devem, por exemplo, fazer o trabalho junto com a confederação. Eu estou aqui com o *wrestling*, que não tem no Minas, por exemplo. Então, fica muito complicado um clube que não tem todas as modalidades olímpicas entrar para debater o COB. Ele deveria, como foi o caso do União, falar diretamente com a confederação.

O teto salarial obviamente deve ser contemplado, quando envolve a questão de gestão do recurso público. Quando é gestão de recurso privado, cada um sabe de si.



Nós precisamos obviamente pensar em aumentar os mecanismos de controle. O Ministério Esporte deve aumentar os mecanismos de controle ou torná-los mais eficientes, seja lá qual for o termo, e as próprias confederações devem entender que precisam, ao gerir esses recursos públicos, aumentar os seus controles internamente. Nós estamos numa relação entre confederação e federação em que as federações são financiadas por todo mundo e não são financiadas por ninguém, e, no final, elas ficam com um voto valioso para as confederações e ficamos num ambiente totalmente promíscuo na relação de federação com confederação. Quem vota nas federações são os clubes. Então, com relação aos clubes também que trazem algum benefício e vice-versa, fica uma relação tão promíscua que não conseguimos definir qual o papel de cada ente na sua gestão do esporte brasileiro.

Então, a primeira coisa que eu penso e que precisamos entender é que governança e transparência não são motivos de debate, pois são obrigações. As federações precisam urgentemente analisar a gestão dessas federações, porque essas federações colocam as confederações e as confederações colocam o Comitê Olímpico do Brasil. Essa relação precisa ser independente, não pode haver a promiscuidade que hoje existe.

Em relação ao que o Stefano disse sobre a Carta Olímpica, existe uma questão com que concordo e não tenho nem como não concordar, a de que, se houver uma intervenção pública no Comitê Olímpico do Brasil, o Comitê pode ser suspenso efetivamente pelo Comitê Olímpico Internacional. Isso é uma realidade.

Agora, o art. 28.3 da Carta Olímpica diz: que a maioria votante de um comitê olímpico nacional e do seu órgão executivo deve ser constituída por votos expressos pelas federações nacionais referidas no número 1.2 acima ou pelos seus representantes; que, em questões relativas aos Jogos Olímpicos, apenas são considerados os votos emitidos por estas federações nacionais e pelos membros do órgão executivo do comitê olímpico nacional; que, mediante aprovação da Comissão Executiva do COI, um comitê olímpico nacional pode igualmente incluir, na sua maioria de votos e no voto em temas emitidos pelos membros do comitê do seu país referidos em determinado número, que são os atletas, a que faz referência no artigo, que podem também constituir a assembleia. Isso quer dizer que os atletas podem



não participar das decisões relativas aos Jogos Olímpicos, mas, por exemplo, em relação à distribuição de recurso público, eles podem, e devem. Então, precisamos começar a separar a interpretação, para não achar que o atleta não pode de jeito nenhum, porque a Carta Olímpica não deve existir.

(Não identificado) - Aí também está dando no conselho fiscal, não é?

A SRA. FABIANA BENTES - Também.

O Comitê fala muito da consulta ao Comitê Olímpico Internacional. Tornem essa consulta pública: o que eles perguntaram ao Comitê Olímpico Internacional e o que o Comitê Olímpico Internacional respondeu.

Nós, como Sou do Esporte e como atletas — a Luísa teve que sair —, confiamos nessa nova gestão. Realmente tivemos a abertura importante de poder falar, de poder colocar os nossos pontos, e acreditamos que as coisas podem mudar, mas eu não vou colocar a responsabilidade exclusivamente no Comitê Olímpico do Brasil. Eu vejo com muita preocupação a falta de responsabilidade de dirigentes de confederações olímpicas. Se começarem a ler estatuto por estatuto, vocês verão que a questão é muito grave. Então, tem que vir efetivamente um *top down* do COB, mas começemos a tirar dirigentes amadores, dirigentes que estão ali para realmente receber recurso público, de que não fazem uma gestão eficiente.

Eu tenho uma historinha interessante. Eu perguntei a um presidente de confederação: *“Como está a governança da sua confederação?”* E ele respondeu: *“Ah, Fabiana, depois eu te conto! A minha confederação é pequena”.* Eu disse: *“Mas não tem nada a ver que a sua confederação seja pequena. A sua confederação tem que ter uma governança do tamanho dela. Mas tem que ter”.* E ele disse: *“É, mas eu estou na confederação há 14 anos, e ela é muito pequena”.* Eu disse: *“Cara, você está lá há 14 anos e não conseguiu torná-la grande?!”.*

Então, acho que temos que começar a mudar um pouco o texto de que só o COB é responsável pela mudança. As confederações são super-responsáveis, aliás, são as principais responsáveis. Não vou usar termos mais agressivos, mas essa relação promíscua de confederação com federação, para mim, é o mais grave dentro desse sistema. E o COB está fazendo o trabalho dele, o Paulo Wanderlei é efetivamente uma pessoa aberta a escutar — estamos confiando —, mas uma



andorinha só não faz verão. Amanhã temos 30 presidentes de confederação para debater o estatuto. E se não aceitarem? O que adianta o Paulo Wanderley?

Então, eu acho que temos que começar a equilibrar a relação entre federações, clubes. Os clubes também precisam entrar na questão da governança, da transparência, dos recursos. Há a CBC, há a Fenaclubes. Então, temos que começar a contextualizar o esporte de uma forma mais ampla. Não é só olhar o COB, não é só olhar o CPB. Efetivamente precisamos olhar o ambiente esportivo.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado, Fabiana. Os quatro 4 últimos escritos são Lailson Mello, Gustavo Torres, Rosberg Martins e o Leandro.

O Gustavo não vai poder ficar? (*Pausa.*)

Agora, Lailson.

O SR. LAILSON MELLO DE SOUZA - Estou aqui representando a Presidente da Confederação Brasileira de Ginástica, a Profa. Maria Luciene. Em tempo, agradeço o convite em nome dela. Pena que alguns membros já saíram, mas eu estou aqui desde o início e ouvi todas as falas. Algumas coisas me fizeram refletir.

O primeiro momento, eu acho que foi a primeira fala, a questão das intervenções, dos processos de mudança, um pouco de ruptura em todo o processo, mas nós temos que entender — e eu falo com um pouco de propriedade por ser advogado e também contador — que todos neste processo, de uma forma ou de outra, estavam atendendo à legislação que estava em vigor no País. Nós não podemos cobrar determinadas situações.

Temos — como se fala muito em governança, eu acho que é interessante, é muito próprio para o momento — que entender que neste País quando se fala em governança hoje, fala-se no máximo por 1 ano. Uma das maiores empresas do País, que era exemplo de governança até no mundo, deu no que deu. Todo mundo está observando o dia a dia. Há vários fatores e vários membros que deveriam ter observado os seus papéis no tempo passado.

O COB, por exemplo, se houve algum problema, ou se está havendo um problema que está sendo detectado agora, ele vem com um processo de acompanhamento da Lei Piva e dos demais recursos. Há muito tempo deveria de



acordo com a legislação ser fiscalizado e acompanhado. Se isto não ocorreu, o problema não foi só do COB. Às vezes se joga todo mundo na vala comum e se fala: *“houve citações de determinadas confederações pelo TCU ou pela CGU”*. Efetivamente nós devemos observar se foi uma citação ou uma solicitação de informações por um não entendimento. É muito fácil em determinado momento se cobrar que todo mundo tem que virar a página. É verdade. Todo mundo tem que virar a página, mas tem que virar a página atendendo à legislação do País.

Não adianta chegar... O 18 “a”, como você mesmo perguntou, foi aprovado em 2015. A partir dali passou-se a solicitar a mudança dos estatutos que atendiam a um objetivo, ao seu objetivo. Então, é importante a participação dos clubes? Sim. É importante a participação dos atletas? Sim. Têm um papel importante os atletas.

Eu estava aqui conversando com o Cássio e com o Pipoca. Os atletas têm que participar, sim, de uma forma preparada e ordenada, porque é difícil se conter dentro de um ambiente todos e muitas vezes não estão preparados para isso.

Ouvi o que o Presidente Paulo Wanderley falou no início e me lembrei, até por ser espírita, de uma frase interessante do Chico Xavier, que quero deixar como mensagem, porque não temos que jogar todo mundo na vala comum, inclusive ele indo agora junto, que seria o seguinte:

Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo — no caso do COB —, qualquer um — no caso é ele agora e nós que estamos aqui, inclusive com a iniciativa da Comissão do Esporte —, podemos começar agora e fazer um novo fim.

Temos que dar, sim, esse crédito de confiança, participar desse processo de mudança e cada um assumir a sua verdadeira responsabilidade no processo. É muito fácil ser pedra, difícil é ser janela. Muitas vezes nos esquecemos desse papel de que também fomos omissos em algumas coisas. E isso vale para o Ministério, para o TCU, para a CGU, para os próprios atletas, para as federações e todo esse processo. Ser pedra é muito fácil, ser janela não. Vamos dar esse crédito de confiança e fazer a coisa acontecer a partir de agora.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado, Lailson Mello de Souza.

Com a palavra o Sr. Rosberg Martins.

O SR. ROSBERG MARTINS - Boa tarde, Sr. Presidente, Deputado João Derly! Quero aqui estender o meu cumprimento a todos os Deputados, assim como cumprimentar os meus amigos, chefes de delegação.

Sou o Prof. Rosberg. Sou da delegação de Mato Grosso, profissional de educação física, atualmente superintendente de esporte na escola do Estado de Mato Grosso, Superintendência essa que foi criada para o desenvolvimento do desporto educacional.

Hoje viemos aqui, cada chefe de delegação e gestor dos seus Estados que trabalha com os seus jogos escolares, o público estudantil, justamente para entender o PL nº 6.718, 2016, que vai destinar praticamente todo o recurso para a Confederação Brasileira de Desporto Escolar.

Hoje esse PL destina 10% — 5% ao Comitê Olímpico Brasileiro e 5% para a Confederação Brasileira de Desporto Escolar. O que temos que entender, Deputado, é que hoje não morremos de amores pelo COB, mas hoje é uma das melhores competições nacionais no âmbito estudantil.

Hoje temos a grata satisfação de trazer os nossos atletas de escolas públicas. No meu Estado 89% dos participantes são de escolas públicas. Tenho hoje aqui 190 atletas. Esses atletas só podem estar aqui por causa dessa competição. Se esse recurso passar para a CBDE, vamos ter que nos reportar à federação dos nossos Estados — Federação Matogrossense de Desporto Escolar —, que cobra uma anuidade 500 reais de filiação de cada escola. Imagina uma escola pública... Fui professor de escola pública. Eu cheguei para dar aula de Educação Física e a diretora me falou assim: “você tem duas bolas, uma para o primeiro semestre e outra para o segundo”.

Dispor de 500 para se filiar, para participar de um evento hoje que traz aqui hoje quase 5 mil promissores atletas?

Indo mais além, Deputado, concordo sim com o esporte de alto rendimento, mas a base tem que ser feita. Não se começa uma casa pelo telhado, se começa uma casa pela base.



Hoje nós não estamos vivendo mais em um País de clubes. Eu não tenho clubes no meu Estado. Garanto a você que o Acre não tem; garanto a você que o Amazonas não tem. Salvo aqui, pessoal, 7 Estados que podem trabalhar com clubes. Então temos que começar na escola. A escola é a base de tudo.

O esporte educacional está inserido sim na Educação Física porque ela trabalha os cinco componentes curriculares: dança, luta, esporte, jogos cooperativos e recreação.

Também temos que trabalhar em outro âmbito o esporte educacional como formação de atletas, como formação de seres humanos. Se ele vai querer ser um atleta ou não, Deputado, isso vai depender dele, mas pelo menos nós demos a oportunidade, como nós demos a oportunidade para ele ser um *nerd* da matemática, como nós demos a oportunidade para ele ser um *nerd* da física, da química. Por que não um *nerd* do judô? Por que não um *nerd* do voleibol?

É isso! Temos que começar na base, temos que fortalecer o esporte educacional.

Quero citar um exemplo que estamos desenvolvendo no Estado de Mato Grosso. Acabamos de criar a primeira escola em tempo integral para vocação esportiva. Nós começamos aos 12 anos de idade. Ela vai ao seu âmbito escolar. Saindo de lá ela vai para a universidade estadual nos moldes do estilo americano. Nós temos que começar ali.

Se ele vai ser um grande atleta ou não, vai depender dele, mas nós demos a oportunidade no esporte, como nós demos a oportunidade na matemática, na física, na química e em outras disciplinas.

Peço que olhem com bastante carinho nessa questão desse PL. Hoje, se perguntarem para mim, com todo o respeito, Robson, eu não conheço o trabalho da CBDE, mas eu conheço o do COB, e gosto muito.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado, professor.

O SR. LUIZ EDUARDO CARNEIRO DA SILVA DE SOUZA LIMA - Deputado João Derly, eu posso falar com o professor por 30 segundos? É rápido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Pode, por 30 segundos.



O SR. LUIZ EDUARDO CARNEIRO DA SILVA DE SOUZA LIMA - Professor, o que me fez aceitar o convite para ser Secretário Nacional de Esporte foi o fato de ser professor de Educação Física. Eu fui o primeiro professor de Educação Física a ser Secretário Nacional. Foi um choque quando entrei no Ministro do Esporte.

Também fui o primeiro a ir ao Ministério da Educação conversar com o Ministro Mendonça Filho. A gente tem 168 mil escolas públicas no Brasil. A gente não tem nenhuma rubrica de desenvolvimento esportivo nessas escolas, em nível de Governo Federal. A gente não tem uma rubrica nas 63 universidades federais.

Quando eu fui muito duro aqui com o Comitê Olímpico Brasileiro, eu queria que eles entendessem a responsabilidade que é receber 220 milhões de reais num País que sequer tem, às vezes, uma bola de voleibol no colégio.

Eu fico até emocionado porque, no momento em que eu recebi o Prefeito da cidade de Formoso, no noroeste de Minas Gerais, a minha sala era muito bonita aqui em Brasília. Ele entrou na minha sala me pedindo bola e rede, enquanto confederações me pediam milhões e milhões, empresas me pediam para fazer eventos em cidades. Então, há uma discrepância muito grande no nosso País. A responsabilidade de receber dinheiro público é imensa.

A minha fala foi muito corrida, Deputado João Derly. A minha sala lá no Ministério, que você visitou, dava para a rua. Todo dia passava um vendedor de picolé na rua. Meio-dia eu descia para comprar um picolé dele. É ele quem paga o nosso salário. Então, quando vemos esses salários — desculpem-me eu estar falando do COB sem a presença do COB —, quando vemos o Comitê Olímpico Brasileiro pagando salários de 88 mil, 89 mil reais sem a devida prestação de contas e sem provar que isso vem de recursos que não são da Lei Agnelo/Piva, é de entristecer.

Então, professor, parabéns pelo seu trabalho e obrigado pelo seu depoimento.

Obrigado, Deputado João Derly. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado. Sr. Luiz Lima.

Então, para finalizar, passo a palavra ao último inscrito, o Sr. Cassio Leandro.

O SR. CASSIO LEANDRO - Primeiro, sou da Atletas pelo Brasil. Quero cumprimentar todos aqui, presenças ilustres. Fico muito honrado.



Muito obrigado, mais uma vez, ao Deputado João Derly pelo convite. Estamos sempre sendo convidados para todas as audiências.

Senhores Lindberg, Hugo Parisi, muito obrigado pela presença de todos.

Fico muito contente. Acho que isso é um início, é um primeiro passo do que vem pela frente dessa união. Eu acho que já há muito dessa divisão de dirigente e atleta.

Então, eu reforço que venho em nome do Presidente da Atletas pelo Brasil, o Raí, porque a Louise teve que se ausentar.

Como um ex-atleta, também olímpico, até me sensibilizo com as palavras do Sr. Luiz Lima, que é um amigo, e do nosso também ilustre — fico feliz de estar aqui na presença do nosso mestre — Bebeto de Freitas, que deu início a nossa trajetória vitoriosa.

A Atletas pelo Brasil vai estar sempre presente, sempre que precisar, sempre que for convidada para participar de todos esses debates sobre a melhoria do desporto no Brasil.

Eu quero cumprimentar também aqui todos os professores. Eu estive lá nos Jogos Escolares da Juventude para fazer uma premiação e fico muito feliz, como um ex-atleta, de ver, como o professor falou, mais de 5 mil jovens, 5 mil crianças envolvidas com o esporte. Então fico muito feliz e muito honrado.

Esperamos que esse estatuto do COB que vai ser votado amanhã realmente seja aprovado. É como todos falaram aqui: que realmente busquemos uma maior participação de todos os ex-atletas, de todos os treinadores, de todos os professores para que o esporte seja praticado realmente pelo maior número de pessoas do segmento escolar, do segmento de alto rendimento. Então, o que sempre estaremos visando é essa questão. Sempre que formos chamados para um debate, estaremos sempre cobrando uma maior transparência.

Eu acho que os atletas realmente sentiram e sentem — como vimos aqui o sentimento realmente é de tristeza —, mas eu vejo que nós estamos no caminho certo com esta união entre todas as entidades daqui para frente para que haja realmente uma gestão transparente em que os atletas realmente tenham voz — os atletas, os ex-atletas, os dirigentes, os treinadores —, e que todos sigam em função desse segmento pela melhoria do esporte no Brasil para todos.



Então, mais uma vez, eu queria agradecer pelo convite, em nome do Atletas pelo Brasil, para participar de um debate tão importante. Eu tenho certeza de que nós vamos sair daqui com a esperança de que o esporte realmente vai ser para todos no Brasil, sem distinção.

Muito obrigado.

Boa tarde a todos.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado, Leandro.

Nós tínhamos algumas perguntas no Portal *e-Democracia*, a maioria delas era encaminhada ao Ministério. Demétrio Vecchioli, Maria Cristina *(ininteligível)* e Celina Gontijo fizeram um cadastro para enviar as perguntas, e o Ministério já se comprometeu em responder a essas perguntas.

Nós temos uma pergunta de Laercio Pereira, Professor, para o Beбето de Freitas, ele pergunta se vai sair daqui algum documento. Como isso aqui é uma mesa-redonda, nós, na verdade, estamos discutindo para clarear alguns projetos que nós temos aqui na Casa.

Então, esta discussão é só para elucidar para que nós façamos proposições, como há várias proposições aqui para o Comitê Olímpico e para a Casa. É para clarear um pouco mais as nossas vidas.

A pergunta é de João Rodrigues Rosa Neto, Professor de Educação Física de São Paulo, para o Beбето: *“Em 2015, o senhor afirmou na imprensa que o esporte no Brasil é uma casa de ovo podre. O que poderia ter sido feito de forma diferente? Mudou alguma coisa de lá para cá? O que fazer para superar a redução do orçamento para o esporte?”*

O SR. PAULO ROBERTO DE FREITAS - Não foi exatamente a casa do ovo podre, eu disse que era um bonito ovo que, por dentro, era podre. Enfim, eu entendi a pergunta dele.

A questão de recursos centralizados no COB e a questão da falta de recursos na ponta para os atletas não é uma questão de poucos anos, isso sempre aconteceu. Na época em que eu ainda jogava, acontecia da mesma forma. O que poderia ter acontecido? Que não tivesse acontecido tudo o que nós estamos



sabendo — por uma via torta, infelizmente —, e que esses recursos pudessem ter chegado aonde deveriam ter chegado, e não para onde foram.

Nunca nos faltou recursos no esporte no Brasil, nunca, em nenhum momento, nem na época em que eu jogava. Mas infelizmente esses recursos não chegavam à ponta, onde deveriam chegar.

Eu não saberia detalhar os valores, mas a minha opinião continua sendo a mesma, na medida em que nós temos todos os *sites* ligados ao esporte, a cada dia que passa — eu acabei de receber dois agora que não vale a pena mencionar problemas sérios relacionados ao nome, ao contrato e a tudo. Acreditar que tudo isso vai mudar em função da mudança do Estatuto, eu realmente sou cético e para mim essa será sempre a grande dúvida. Não tenho por que não ter vontade de melhorar, de ajudar a melhorar, de confiar numa melhora, senão talvez nem estivesse aqui. Mas não posso ter 100% de confiança, porque não acredito que ninguém faça nada sozinho.

No esporte individual, sabe-se qual a equipe que há ao seu lado, não se competeria sozinho. O Luiz, um nadador olímpico, da mesma forma, não é só ele que está lá dentro, mas há muitos que estão fora. Eu joguei voleibol, mas sozinho não faria nada.

Então, passar a culpa somente para uma pessoa, eu acho que é uma grande covardia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Acabamos de receber o *e-mail* do Dr. Jorge Steinhilber, Presidente do CONFEF.

V.Sa. cumprimenta a nossa Mesa Redonda, justifica a sua ausência e deixa um abraço a todos que possam estar juntos nesta discussão. Dentro do possível, ele vai pegar os áudios para acompanhar esta Mesa Redonda.

Registro a presença da Prefeita de Sapiranga, no Rio Grande do Sul. É uma satisfação tê-la aqui.

Comunico a todos que, há 2 semanas, conseguimos que o Presidente da Câmara dos Deputados garantisse um Dia do Esporte, para que pudéssemos tratar alguns temas. O compromisso é para que até o início do ano se inicie uma discussão mais profunda no plano do sistema nacional, em que aprofundaremos as discussões esportivas.



Até o final da Legislatura deste ano haverá este Dia do Esporte. Algumas propostas consensuais já foram encaminhadas aqui. Trata-se de aperfeiçoar os mecanismos de capitação da Lei de Incentivo; remodelar e tornar facultativo o Bolsa Atleta; isentar o IPI para importação de material, cujo acesso tem sido muito prejudicado. A Confederação de Ginástica sabe como é isso, ou seja, a importação dos equipamentos encarece em mais de 100%. Isso complica a nossa competitividade com os atletas do exterior. Precisamos treinar e competir com o mesmo material utilizado nos eventos.

Estamos aguardando o Ministério enviar a proposta do sistema e do Plano Nacional. Nós já fizemos uma pré-discussão, estamos aguardando. Então, essa aqui já tem consenso para podermos encaminhar, no plenário, neste dia. Assim que tivermos a data definida, vamos encaminhá-la a todos para que possam nos auxiliar nessas discussões e até na pressão para aprovação.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Eu gostaria de dizer que nós aprovamos o requerimento, na Comissão de Esportes, a partir do qual foi criado a Subcomissão Permanente dos Jogos Escolares, da qual fazem parte os Deputados Arnaldo Jordy, César Halum e tantos outros. Será uma Comissão permanente que participará efetivamente de todas essas grandes discussões do esporte escolar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Ótimo. Finalizamos os debates.

Antes de encerrar os trabalhos, quero novamente agradecer a presença de todos. Agradeço àqueles que efetivamente falaram, àqueles que acompanharam e que apoiaram algumas falas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a mesa redonda desta reunião.

Muito obrigado. (*Palmas.*)